



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2020





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

CONSELHEIROS FEDERAIS EFETIVOS

Juliano do Vale, CD - (Presidente)
Ermensson Luiz Jorge, CD - (Vice-presidente)
Claudio Yukio Miyake, CD - (Secretário-Geral)
Luiz Evaristo Ricci Volpato, CD - (Tesoureiro)
Ataíde Mendes Aires, CD
Renato Codeceira Lopes Gonçalves, CD
Samir Najjar, CD
Tito Pereira Filho, CD
Viviane Coelho Dourado, CD

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES

Eduardo Borges Neiva Ferro, CD
Élio Silva Lucas, CD
Jairo Santos Oliveira, CD
João Batista Figueiredo Franco, CD
José Maria Holderbaum, CD
Luiz Fernando Rodrigues Rosa, CD
Raimundo Nazareno de Souza Ávila, CD
Roberto de Sousa Pires, CD
Tessa de Lucena Botelho, CD

cfo

CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

**RELATÓRIO
DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2020**



© Copyright 2021,
Conselho Federal de Odontologia
<www.cfo.org.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO
Conselho Federal de Odontologia
Superintendência Executiva

Brasil. Conselho Federal de Odontologia.

Relatório de gestão: na forma de relatório integrado:
evolução da prestação de contas / Conselho Federal de Odontologia.
1.ed. - Brasília: CFO, Superintendência Executiva, 2021.
70 p.

1. Relatório de Gestão. - 2. Prestação de contas. - 3. Administração Pública.
4. Governança. - 5. Transparência.

Ficha catalográfica elaborada pela Superintendência Executiva.

Lista de Siglas e Abreviaturas ●●●●●●●●●●●●●●●●

APD – Auxiliar de Prótese Dentária

ARP – Ata de Registro de Preço

ASB – Auxiliar em Saúde Bucal

BF – Balanço Financeiro

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

BSC – Balanced Scorecard

CD – Cirurgião Dentista

CFO – Conselho Federal de Odontologia

CGU – Controladoria Geral da União

CRO – Conselho Regional de Odontologia

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DJ – Decisão Judicial

DN – Decisão Normativa

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

EPAO – Entidade Prestadora de Assistência Odontológica

EPO – Empresa de Produtos Odontológicos

GERCON – Gerência Contábil

IN – Instrução Normativa

LB – Laboratório de Prótese Dentária

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCTSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

SCO – Sistema Conselho de Odontologia

SRP – Sistema de Registro de Preço

STF – Supremo Tribunal Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TPD – Técnico de Prótese Dentária

TSB – Técnico em Saúde Bucal

VPA – Variações Patrimoniais Aumentadas

VPD – Variações Patrimoniais Diminuídas

Sumário

Apresentação	7
Mensagem do Dirigente Máximo	8
1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	
Identificação da entidade	10
Missão, Visão e Valores da Entidade	11
Modelo de Negócios	12
Estrutura Organizacional	13
Composição do Plenário	14
Comissões Permanentes	15
Instâncias de Governança	17
Canais de Comunicação	18
2 Riscos, Oportunidades e Perspectiva	
Mapa das Partes Interessadas	20
Matriz Análise SWOT	21
Objetivos Estratégicos	22
Governança, Estratégia e Alocação de Recursos	23
Desempenho e Resultados	24
3 Governança, Estratégias e Desempenho	
Mapa Estratégico	26
Despesas	27
Despesas e Receitas	28
Receita Corrente x Despesa de Pessoal	29
Diárias e Receitas	30

3 Governança, Estratégias e Desempenho	
Resultados da Gestão	31
Jurídicos	32
Administração	33
Atividade Finalística	38
Comissões	38
Gestão Financeira	40
Gestão de Pessoas	41
Compras e Gestão de Contratos	43
Tecnologia da Informação	45
4 Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	
Responsáveis pelas Demonstrações	50
Declaração do Contador	51
Demonstrações Contábeis	53
Balanço Patrimonial	57
Balanço Orçamentário	58
Balanço Financeiro	60
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	61
Variações Patrimoniais	62
Notas Explicativas	63

Apresentação

Conheça o Relatório de Gestão do Conselho Federal de Odontologia - CFO - Ano: 2020

Este relatório tem o objetivo de mostrar à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo, aos quais esta Autarquia tem o dever de prestação de contas, os principais resultados da gestão no ano de 2020, em forma de relatório integrado elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 84/2020 e DN 187/2020. De forma objetiva, este documento relata qual é a missão institucional do CFO, facilitando a compreensão de como os recursos são aplicados na supervisão, orientação e fiscalização do exercício profissional e na promoção da saúde bucal, visando à proteção da sociedade e dos que exercem a Odontologia legalmente. Este documento integra as principais ações da Autarquia, planejadas estrategicamente, levando em consideração os desafios de criar políticas que geram valor para a sociedade. Por fim, destina-se também a apresentar os resultados obtidos aos órgãos de controle.



Mensagem do Dirigente Máximo



**JULIANO DO VALE, CD
PRESIDENTE**

O ano de 2020 apresentou para todo o País desafios nunca antes vistos, em razão da pandemia do COVID-19, que afetou sobremaneira as relações sociais, a saúde pública e a administração pública. Para o Conselho Federal de Odontologia, assim como a todos os entes da Administração pública, foi o momento de fortalecer as boas práticas de gestão, governança e compliance, aliadas aqueles processos essenciais relativos à proteção da saúde pública e, em especial, do profissional de odontologia.

No âmbito do enfrentamento à pandemia, o Conselho Federal de Odontologia adotou ações em diversas frentes de trabalho. Foram editados documentos com orientações técnicas de proteção aos profissionais de odontologia e, em maior escala, a toda a sociedade. Na seara administrativa, no momento inicial da pandemia, quando pouco se sabia sobre o potencial do vírus, pudemos contribuir com o Ministério da Saúde na regulamentação do atendimento odontológico no SUS. Além disso, mais de uma dezena de medidas foram adotadas pelo CFO, tais como orientações aos Cirurgiões-dentistas para atendimentos de urgência e emergência em tempos de pandemia; auxílio à ANVISA nas recomendações aos profissionais; participação ativa junto ao Ministério da Saúde na ação “O Brasil conta comigo”; lançamento do manual de boas práticas em biossegurança em

ambientes odontológicos; regulamentação do exercício da Odontologia à distância; lançamento, em conjunto o Instituto de Tecnologia da Informação, da assinatura eletrônica ao Cirurgião-Dentista, entre outras medidas.

Como não poderia deixar de ser, a pandemia também teve reflexos na área econômica e o Cirurgião-Dentista não passou incólume a essa realidade. No apoio aos profissionais, fomos pioneiros na solicitação ao MEC e FNDE da suspensão da cobrança do FIES; trabalhamos intensamente junto às instituições financeiras e às Superintendências de Desenvolvimento Regional na busca de linha de crédito aos profissionais e participamos do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Economia e BNDES para apoio aos profissionais liberais.

Além de todas as medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19, o ano de 2020 foi essencial à gestão do CFO, mormente na tradução em ações das premissas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e do Planejamento Estratégico Institucional. Iniciamos em 2020 a implantação do novo sistema de gestão cadastral, financeira e documental de todos os Conselhos Regionais de Odontologia e do próprio Conselho Federal. Trata-se de um imensurável avanço a todo o Sistema Conselhos, que utilizava o mesmo sistema de gestão há mais de 20 anos.

Com a correta destinação dos recursos públicos às ações visando atingir os objetivos estratégicos, cumprimos todas as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal, na continuidade da solidez necessária à Instituição. Trimestralmente apresentamos, de maneira voluntária, relatório de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, onde demonstramos todas as atividades relativas ao plano estratégico, prosseguindo no cumprimento de todos os eixos estratégicos de gestão assumidos ainda em 2017.

A fim de apresentar adequadamente a essa Corte de Contas e aos inscritos o resultado da gestão, este relatório foi desenvolvido de maneira integrada, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 84/2020 e Decisão Normativa TCU 187/2020, relatando a missão institucional para facilitar a compreensão de como os recursos são aplicados.

Em 2021, continuaremos na exitosa missão de transformar o Conselho Federal de Odontologia em uma entidade ímpar de gestão em toda a Administração Pública Federal, sendo referência aos profissionais e à sociedade.



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

CAPÍTULO 1

Visão Geral Organizacional e
Ambiente Externo

Identificação da Entidade

O Conselho Federal de Odontologia é a unidade central da entidade, responsável direta perante o poder público, por si e através dos Conselhos Regionais, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público e da classe odontológica que determinaram a sua criação.

O CFO e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia (CROs), criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, e, posteriormente, instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, formam em seu conjunto uma Autarquia, cada um deles dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, constituindo o Sistema Conselho de Odontologia (SCO).

São finalidades do Conselho Federal de Odontologia, em todo o território nacional:

- 
-  Supervisionar a ética odontológica;
 -  Zelar pelo bom conceito da profissão de cirurgião-dentista e das demais a esta vinculadas;
 -  Contribuir para o aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais.
 -  Orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia com a promoção e a utilização dos meios de maior eficácia presumida;
 -  Defender o livre e correto exercício da profissão de cirurgião-dentista e outras afins;
 -  Julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à Ética Profissional;
 -  Funcionar como órgão consultivo do Governo, no que se referir ao exercício e aos interesses profissionais da Odontologia

No atendimento de suas finalidades, o Conselho Federal de Odontologia exerce as seguintes ações:



Missão, Visão e Valores da Entidade



MISSÃO

A supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente



VISÃO

Ser entidade reconhecida pela sociedade e pelos profissionais pela sua contribuição e liderança nas questões relacionadas com a Saúde e a Odontologia, por meio de ações de valorização do profissional, pelo estímulo à conduta ética e pelo aprimoramento contínuo em benefício da sociedade



VALORES

Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
Comportamento ético, Excelência e Aprimoramento Contínuo.

A administração do Conselho Federal de odontologia é exercida por uma Diretoria, com mandato trienal, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro, eleitos, também, por escrutínio secreto e maioria de votos, pelos membros efetivos, e dentre eles escolhidos.

A estrutura do Conselho Federal de Odontologia compreende:

Órgão Deliberativo: Plenário;

Órgãos Deliberativos específicos: Assembléia Conjunta e Grande Plenário;

Órgãos Deliberativo-Executivos: Diretoria e Conselhos Regionais de Odontologia;

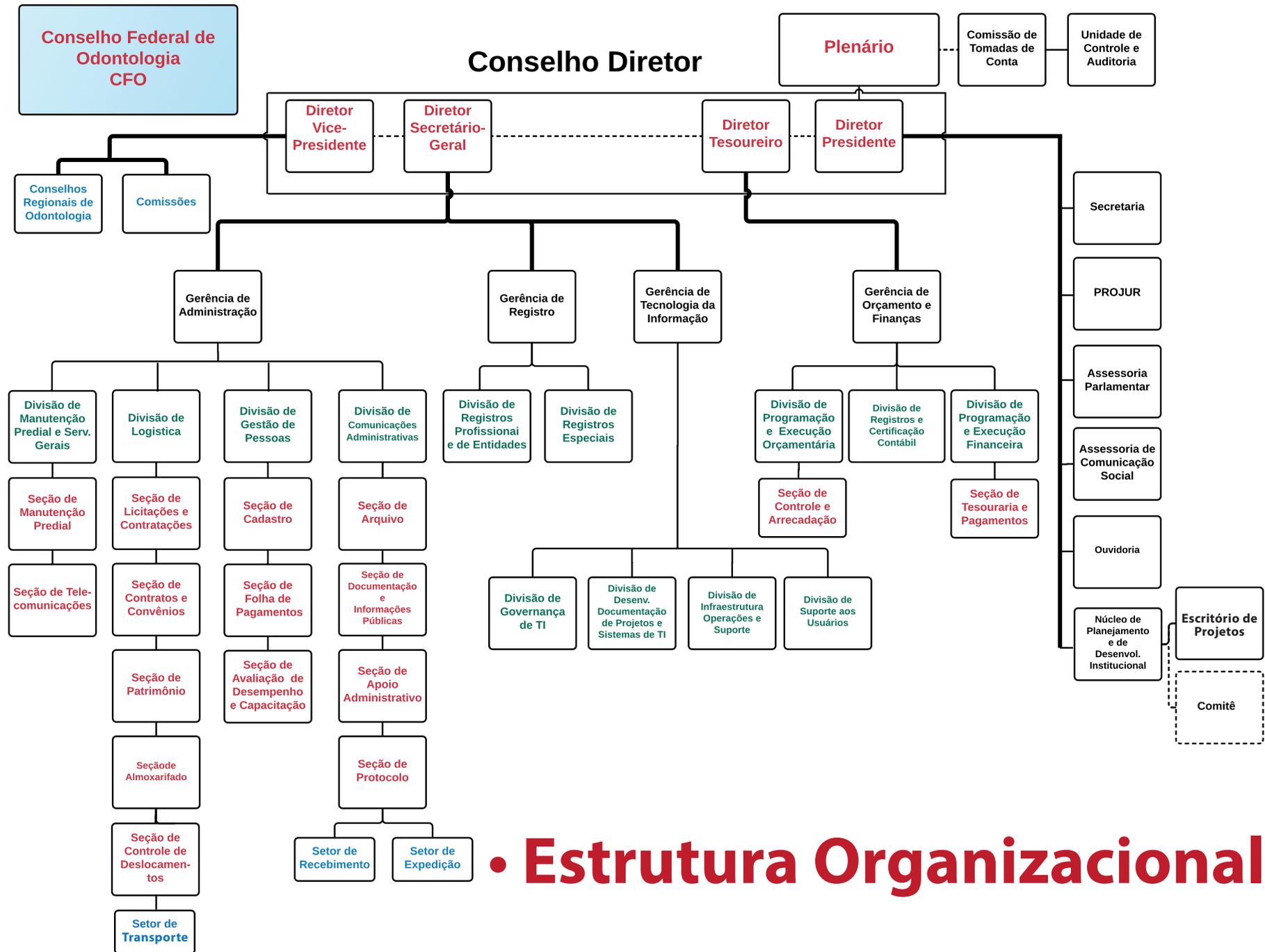
Órgãos Complementares: Comissões e representações de caráter permanente e, Superintendência Executiva;

Órgãos Técnicos: Consultorias, Assessorias e Co-missões específicas, dentre estas, aquelas constituídas por profissionais auxiliares; e,

Órgãos Auxiliares: Gerências, Departamentos, Setores administrativos, Delegacias e Escritórios.

Modelo de Negócios

Parcerias-Chave Outros Conselhos Profissionais, entidades de representação da odontologia e poder legislativo.	Atividades Chave Fiscalização do exercício profissional e promover quaisquer diligências ou verificações relativas ao funcionamento dos Conselhos de Odontologia	Propostas de Valor Integrar com outras áreas acerca do desenvolvimento em políticas de saúde pública. Propor constantes atualizações legislativas referente à odontologia. Promover aperfeiçoamento da Área odontológica em todas as suas frentes.	Relacionamento Sociedade, CROs, fornecedores, colaboradores, conselheiros, poder público e profissionais	Segmentos de Clientes Sociedade e profissionais da odontologia
	Recursos Chave Legitimidade dos profissionais, equipes internas de colaboradores, estrutura dos conselhos regionais		Canais Redes sociais, publicidades oficiais, comunicação direta.	Riscos PEC 108/2019, dificuldade de receita em CROs menores, conflitos por mudanças nas atribuições de profissionais de saúde.
Fontes de Receita 20% da totalidade do imposto sindical pago pelos cirurgiões-dentistas; Um terço das anuidades cobradas pelos Conselhos Regionais; Um terço da taxa de expedição das carteiras profissionais; Um terço das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;				



• Estrutura Organizacional. •

Composição do Plenário

Conselheiros Federais Efetivos

Juliano do Vale, CD
Presidente

Luiz Evaristo Ricci Volpato, CD
Tesoureiro

Samir Najjar, CD

Ermensson Luiz Jorge, CD
Vice-Presidente

Ataíde Mendes Aires, CD

Tito Pereira Filho, CD

Claudio Yukio Miyake, CD
Secretário-Geral

Renato Codeceira Lopes Gonçalves, CD

Viviane Coelho Dourado, CD

Conselheiros Federais Suplentes

Eduardo Borges Neiva Ferro, CD

João Batista Figueiredo Franco, CD

Raimundo Nazareno de Souza Ávila, CD

Élio Silva Lucas, CD

José Maria Holderbaum, CD

Roberto de Sousa Pires, CD

Jairo Santos Oliveira, CD

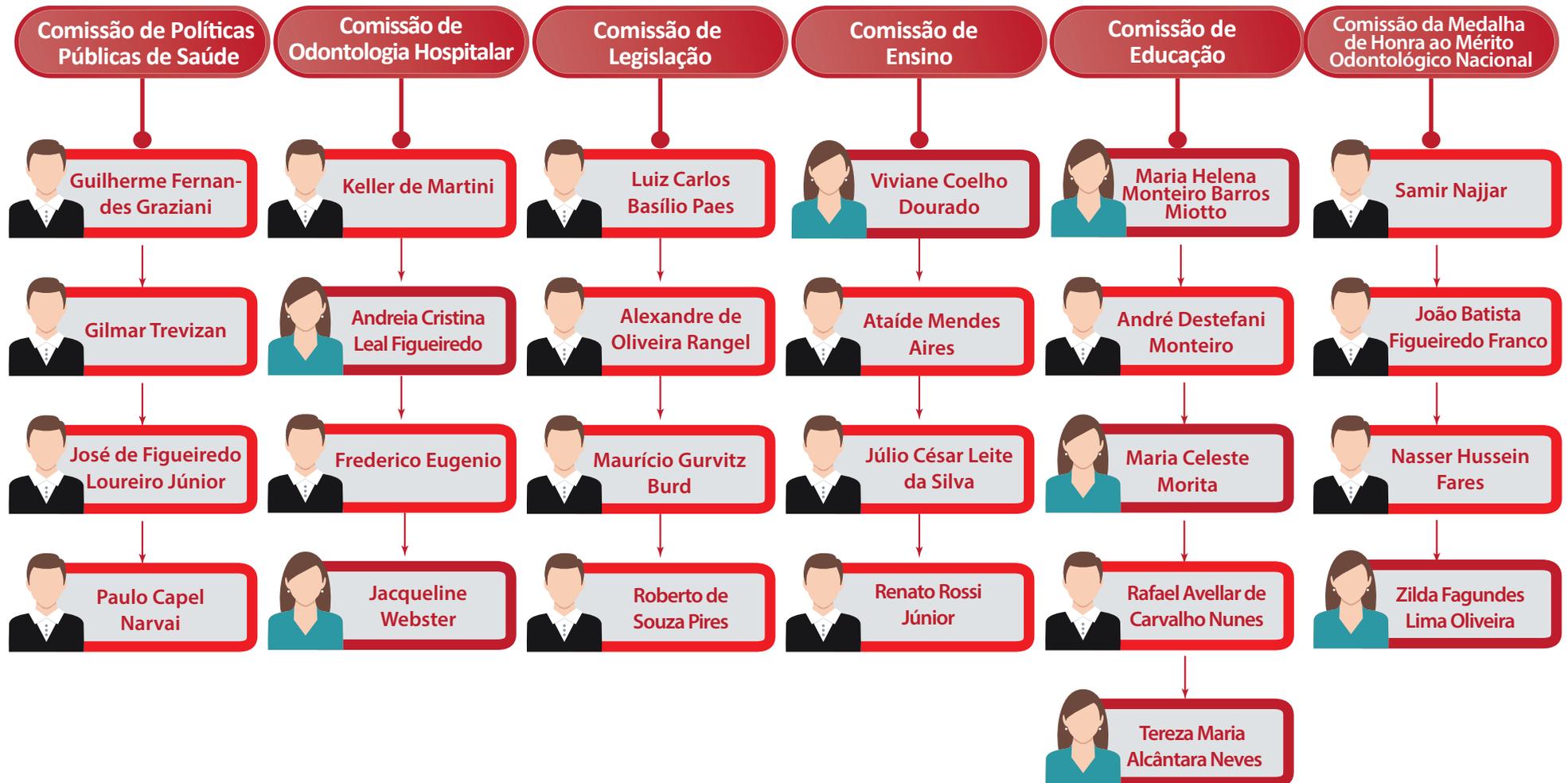
Luiz Fernando Rodrigues Rosa, CD

Tessa de Lucena Botelho, CD

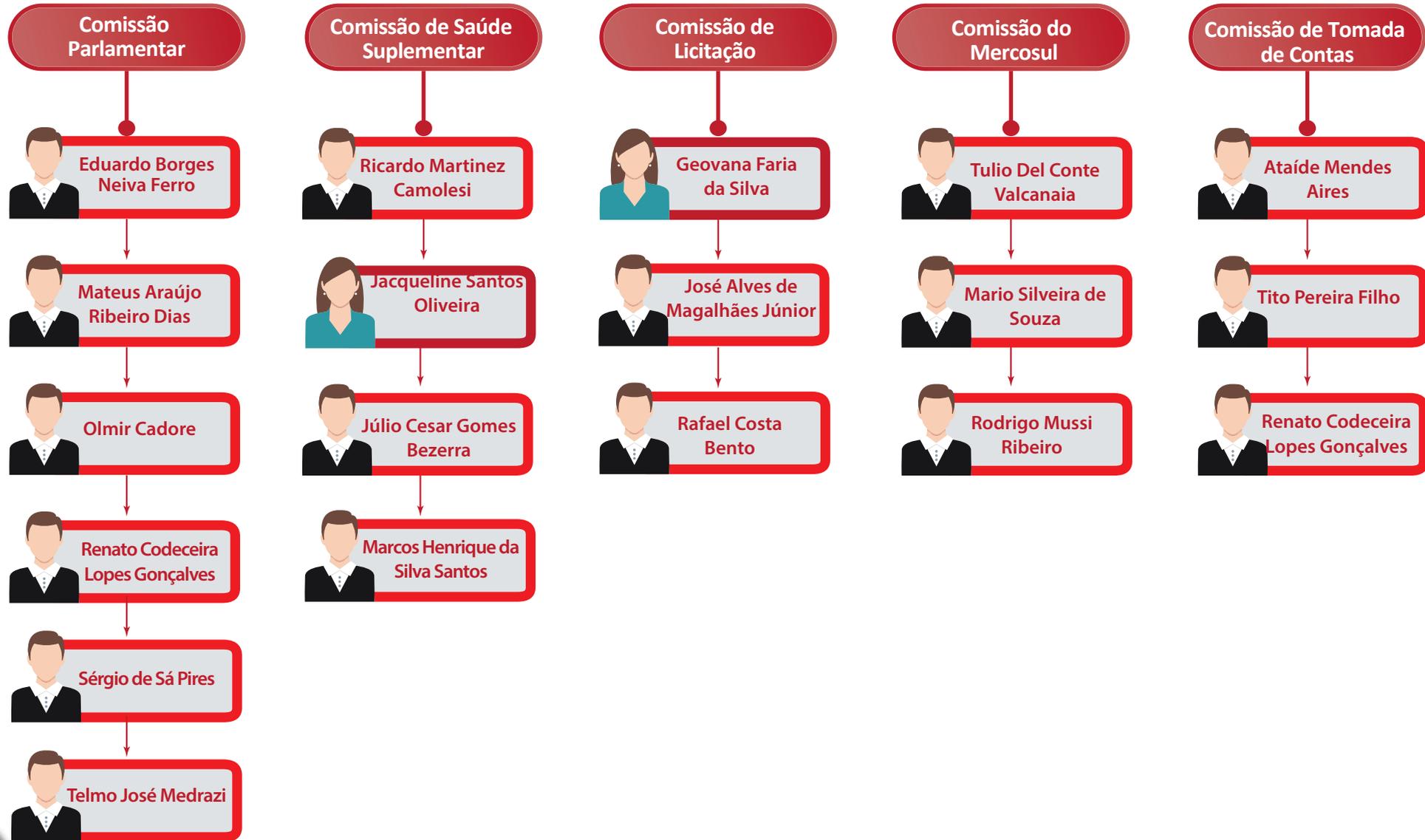
O Conselho Federal de Odontologia é constituído por 9 (nove) membros efetivos, designados pelo título de Conselheiros, e 9 (nove) Suplentes, todos de nacionalidade brasileira, com mandato trienal, eleitos na forma prevista em Regimento Próprio, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em Assembléia de Delegados dos Conselhos Regionais.



Comissões Permanentes

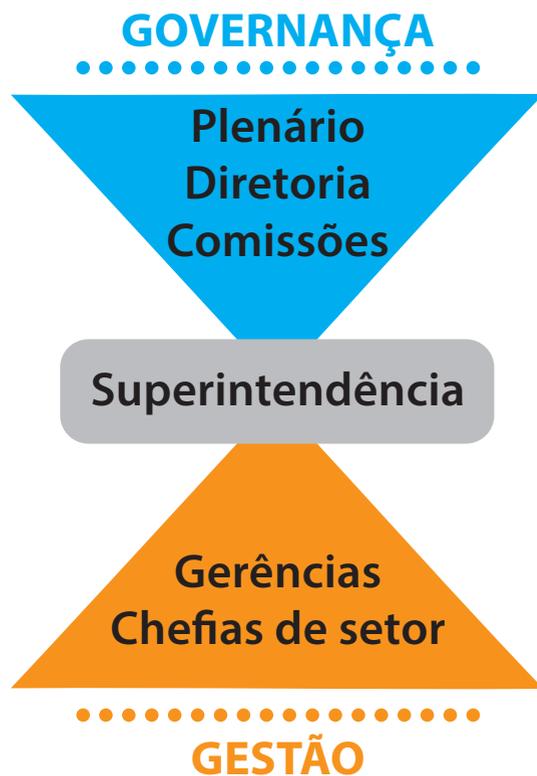


Comissões Permanentes



Instâncias de Governança

De acordo com seu Regimento Interno, segue modelo ilustrativo das instâncias internas de governança do CFO:



DO PLENÁRIO:

Art. 8º. Através de seu Plenário, constituído pelos membros efetivos, compete ao CFO:

I - Propor, aos poderes competentes, emendas ou alterações da Lei nº 4324/64, de seu decreto regulamentador e da Lei 5.081/66, assim como a elaboração ou emendas de outras leis referentes ao exercício da Odontologia e das profissões auxiliares;

II - Destituir Conselheiro Regional, por ato de improbidade ou desídia na função;

III - Apreciar o seu relatório anual e os dos Conselhos Regionais; (...)

VI - Aplicar aos membros dos Conselhos de Odontologia as penalidades que couberem pelas faltas de qualquer natureza praticadas durante o exercício de mandato; (...)

XV - Aprovar a sua proposta orçamentária e as reformulações de seu orçamento;

XVII - Impor penalidades;

XXVIII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

DA DIRETORIA:

Art. 42. A responsabilidade administrativa e financeira do Conselho Federal e a sua representação ampla cabem ao Presidente, através de ação coordenada com os demais Diretores, nas áreas político-profissional, administrativa e econômico-financeira.

§ 1º. A área político-profissional cabe ao Vice-Presidente;

§ 2º. A área administrativa cabe ao Secretário-Geral;

§ 3º. A área econômico-financeira cabe ao Tesoureiro.

DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Art. 34. Compete à Comissão de Tomada de Contas:

I - Emitir parecer, para consideração e julgamento do Plenário, nos balancetes e processos de tomada de contas do Conselho Federal, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:

- recebimento das rendas integrantes da receita;
- regularidade do processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou recebimento de legados, doações e subvenções;
- regularidade do processamento de aquisições, alienações e baixas dos bens patrimoniais; e,
- regularidade dos documentos comprobatórios das despesas pagas.

DA SUPERINTENDÊNCIA:

Art. 57. A Superintendência Executiva é o órgão através do qual a Diretoria desempenha sua ação executiva, atuando diretamente sobre os órgãos técnicos e auxiliares integrantes da estrutura da Entidade, coordenando suas atividades.

DAS GERÊNCIAS:

Art. 76. Compete ao Gerente:

- Despachar, pessoalmente, com o Presidente e o Superintendente Executivo; e,
- Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de sua Gerência específica.

DAS CHEFIAS DE SETOR:

Art. 77. Compete ao Chefe de Setor:

- Despachar, pessoalmente, com o Superintendente Executivo; e,
- Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de seu setor específico.

Canais de Comunicação

Principais canais de comunicação com as partes interessadas





CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

CAPÍTULO 2

Riscos, Oportunidades e
Perspectivas

Mapa das Partes Interessadas

Consideram-se partes interessadas aquelas que se relacionem diretamente ou indiretamente com a organização e cujas atividades são mutuamente afetadas, positiva ou negativamente, em razão desse relacionamento.

Seq.	Parte	função-relacionamento	Benefícios gerados pelo CFO	Benefícios retornados ao CFO
1	Sociedade	Qualidade e Segurança-Atendimento e prestação de contas da atividade do SCO	Garantia de qualidade da Odontologia	Confiança na classe
2	Profissionais e Estabelecimentos	Registro - SCO presta serviços Cartoriais	Reconhecimento e Autorização do profissional e instituição	Cadastro de profissionais e estabelecimentos; sustentação econômica do SCO
3	Profissionais e Estabelecimentos	Normatização, Fiscalização e Julgamento - O SCO estabelece as premissas éticas e técnicas para a profissão e fiscaliza seu cumprimento	Prática qualificada e ética da Odontologia	Reconhecimento, aprendizado
4	Cursos de Especialização	Aprovação - O CFO avalia e autoriza cursos de especialização, turmas e reconhece certificados	Reconhecimento dos cursos, alto padrão de qualidade das especializações em Odontologia, alto nível de especialização dos cirurgiões dentistas	Cadastro de cursos de especialização em odontologia
5	Poder Público	Orientação - O SCO informa e estimula o Poder Público em temas relacionados à Odontologia	Políticas Públicas alinhadas ao conhecimento existente na Odontologia	Reconhecimento, aprendizado
6	Órgãos Públicos de Controle e Fiscalização	Prestação de Contas - O SCO se submete ao controle do Poder Público	Regularidade na operação	Oportunidades de melhoria, reconhecimento
7	CROs	Apoio e Controle - O CFO estabelece os padrões de operação e apoia CROs com viabilidade operacional reduzida	Padrões de operação, cobertura nacional das ações do SCO	Informação consolidada de qualidade uniforme, qualidade da odontologia em todo o país
8	Colaboradores do CFO	Produção das atividades do CFO - Trabalho e emprego	Remuneração, benefícios, desenvolvimento pessoal	Ação competente, ética, comprometida
9	Conselheiros do CFO	Direção das atividades do CFO - Trabalho honorífico	Reconhecimento e custeio	Gestão competente, ética, transparente
10	Comissões do CFO	Produção de conteúdos, pareceres e decisões - Trabalho honorífico	Reconhecimento e custeio	Normas, regulamentos, pareceres carregados de alto nível de conhecimento técnico, científico e ético
11	Fornecedores do CFO	Consumo - Suprimento das necessidades de produtos e serviços do CFO	Transparência nos processos de compras e gestão de contratos, pontualidade nos pagamentos	Produtos e serviços de qualidade adquiridos por preços justos

O Mapa de Partes Interessadas permite identificar pessoas e organizações que são impactadas pela organização ou cujas atividades possam impactá-la. Entre as partes interessadas apresentadas, destacam-se a Sociedade como um todo, o SCO e os profissionais que interagem com o CFO através do SCO. A elas é associada a Geração de Valor das atividades do CFO. Por sua natureza de interesse público, o SCO foi criado pela legislação com a missão de atender a sociedade. Porém ele não faz parte do Poder Executivo, nem cumpre as suas finalidades por meio de dotação orçamentária da União. Seu orçamento resulta da cobrança de anuidade, de caráter legal e compulsória, de profissionais e entidades registradas no SCO para custeio de suas atividades.

Matriz Análise SWOT



Fatores Positivos



Fatores Negativos

	Forças <ul style="list-style-type: none"> ● Boa relação com os CROs ● Capacidade de apoio aos CROs menores ● Controle dos Cursos de Especialização ● Capacidade de Orientação ao Poder Público ● Normas atuais com os avanços da Odontologia ● Padronização dos Serviços Cartoriais 	Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> ● Falta de capacitação do CFO em auditoria nos CROs ● Falta de padronização de processos SCO ● Falta de integração de TI no SCO ● Sistemas de TI não atendem necessidades ● CROs menores não têm recursos para TI ● Informações dos CROs não chegam padronizadas ao CFO ● Sistema de Cursos de Especialização sem integração com Registro ● Colaboradores inexperientes exigem capacitação ● Falhas no planejamento e execução da Fiscalização
Ambiente Interno		
Ambiente Externo	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> ● Utilizar superávit para reduzir anuidade, reduzir inadimplência e atrair novos registros ● Integração com outras áreas no desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde 	Ameaças <ul style="list-style-type: none"> ● CROs menores não têm receitas para a sua operação ● PEC 108/2019 sobre Conselhos Profissionais ● Perda de confiança na relação CFO/CROs em razão dos serviços de TI ● Falhas que levem ao não atendimento de exigências externas existente e futuras ● Potencial de aumento de custos por reposição de colaboradores ● Potencial de perda de colaboradores novos após capacitação por outras oportunidades ● Riscos na gestão de informações cadastrais (LGPD) ● Conflitos por mudanças nas atribuições de profissões de saúde

Essa técnica levanta informações sobre o Ambiente Interno da organização, por meio de suas competências, capacidades e recursos, identificando aspectos positivos e negativos, classificando respectivamente como Forças (Strength) ou Fraquezas (Weakness) a serem consideradas quando da construção de estratégias organizacionais. As informações sobre o Ambiente Externo são levantadas seguindo um procedimento similar, identificando situações atuais e futuras no contexto da organização, classificando-as respectivamente como Oportunidades (Opportunities) ou Ameaças (Threats). A análise conjunta permite fazer um diagnóstico das situações e capacidades da organização e orienta a definição de estratégias e seus objetivos, como forma de aproveitar os pontos positivos e reduzir os efeitos dos pontos negativos identificados na análise. Neste Plano Estratégico, cada situação considerada no Diagnóstico Organizacional é organizada com base na classificação SWOT, indicando tema geral e parte interessada relacionada a ela.

Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos detalham a Estratégia definida para a organização. Eles são relacionados com Indicadores e Metas para construir o BSC, ou seja, a lista de Indicadores de Desempenho Balanceados e alinhados com a Estratégia.

Em seguida, são apresentados os Objetivos Estratégicos, detalhados por temas relacionados e por áreas ou funções.

Ref.	Objetivos	Perspectiva	Item da Perspectiva
1	Implantar Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI)	Aprendizagem e Crescimento	Tecnologia
2	Implementar Plano de Desenvolvimento de Pessoas	Aprendizagem e Crescimento	Pessoas
3	Redesenhar os processos do CFO e do SCO	Processos Internos	Geral
4	Implementar visão de gestão de projetos	Processos Internos	Geral
5	Reduzir Inadimplência	Econômico-Financeiro	Geral
6	Aprimorar o Planejamento Financeiro e Orçamentário	Econômico-Financeiro	Geral
7	Melhorar o atendimento a profissionais e estabelecimentos	Sociedade e Clientes	Profissionais e Estabelecimentos
8	Aumentar a visibilidade das orientações produzidas	Sociedade e Clientes	Sociedade
9	Promover serviços e processos integrados no SCO	Sociedade e Clientes	SCO
10	Manter e aumentar a qualidade da produção das Comissões	Processos Internos	Geral
11	Agilizar o atendimento das exigências dos órgãos de controle	Processos Internos	Geral
12	Aumentar a oferta de serviços aos CROs	Sociedades e Clientes	SCO

Auditoria

Trocar a parte dentro do quadrado por: O trabalho desenvolvido pelo Setor de Auditoria tem como principais atribuições: a realização de auditorias nos processos de Prestações de Contas Anuais dos Conselhos Regionais, a análise das prestações de contas de apoios financeiros concedidos pelo CFO, a iniciativa de realização de auditorias operacionais, contábeis e de conformidade nos CROs, em observância aos dispositivos legais e normativos internos.

No exercício 2020 conseguimos os seguintes avanços no Setor de Auditoria:

- ▶ Criar o Plano Anual de Auditoria – PAINT 2021;
- ▶ Criar o Plano de Auditoria Interna;
- ▶ Criar o Plano de Análise de Prestação de Contas Anual – Conselhos Regionais (Resolução CFO 219/2019);
- ▶ Criar o Plano de Análise do Programa de Apoio Institucional – Modalidade Sustento (PAI-S) (Resolução CFO 181/2016 e 206/2019);
- ▶ Criar o Plano de Análise de Subvenções (Resolução CFO 216/2019);
- ▶ Criar o Plano de Análise de Auxílios Financeiros;
- ▶ Padronizar a formalização dos processos de prestação de contas (processo incipiente até o início das atividades do Setor de Auditoria);
- ▶ Apoio na criação do Manual do Processo De Gestão de Auditoria, elaborado em conjunto com o Setor de Controle Interno; e
- ▶ Analisar e emitir parecer técnico sobre 9 prestações de contas recebidas em 2020.





CFO

cfo

CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

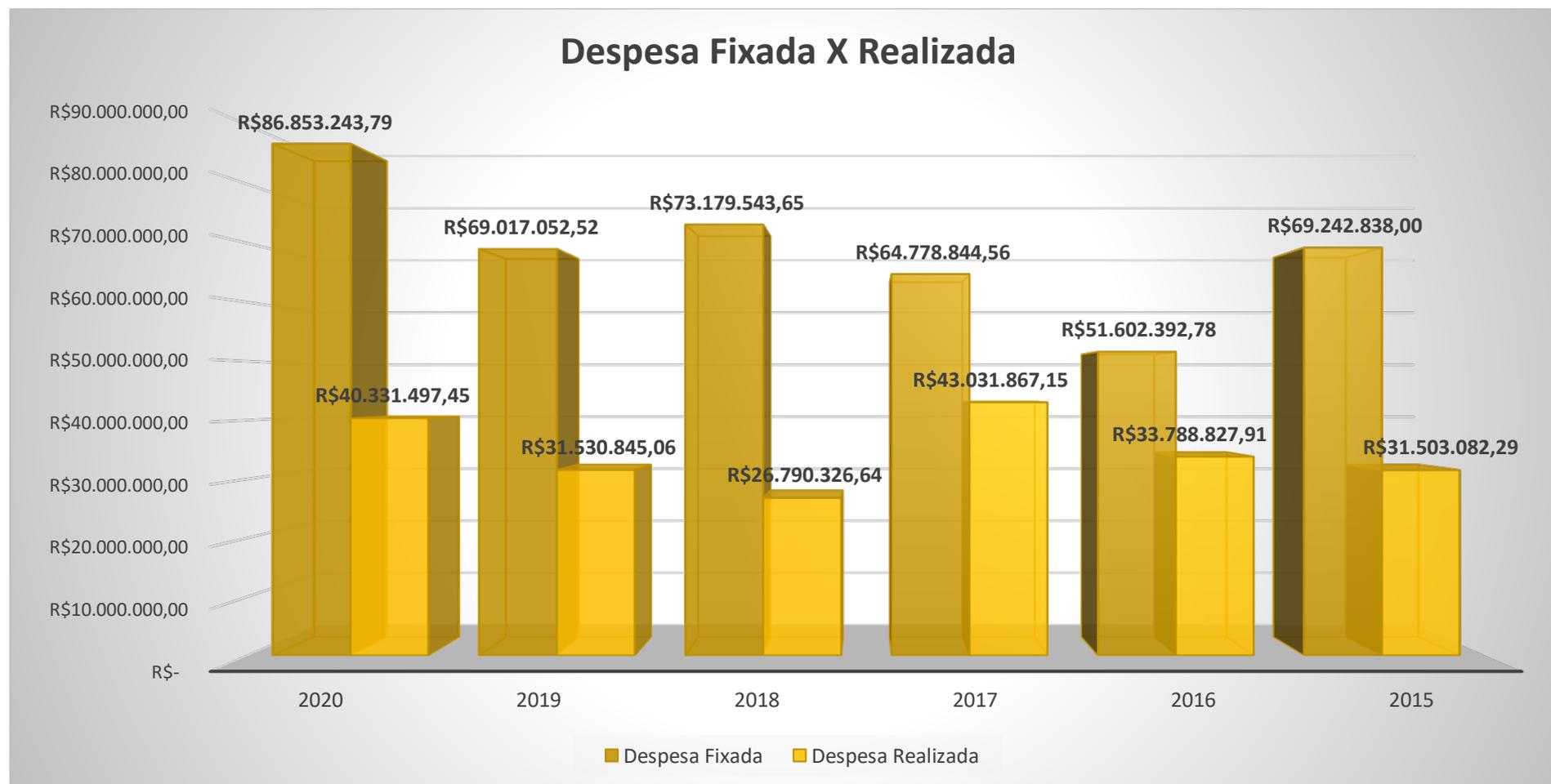
CAPÍTULO 3
Governança, Estratégias e
Desempenho

Mapa Estratégico

	MISSÃO A supervisão da ética odontológica em todo território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.		VISÃO Ser entidade reconhecida pela sociedade e pelos profissionais pela sua contribuição e liderança nas questões relacionadas com a Saúde e a Odontologia, por meio de ações de valorização do profissional, pelo estímulo à conduta ética e pelo aprimoramento contínuo em benefício da sociedade.	
	Sociedade	Sistema Conselho de Odontologia		Profissionais e Estabelecimentos
Sociedade e Clientes	8 Aumentar a visibilidade das orientações produzidas	9 Promover processos no SCO	12 Aumentar a oferta de serviços aos CROs	7 Melhorar o atendimento a profissionais e estabelecimentos
Econômica e Financeira	5 Reduzir Inadimplência		6 Aprimorar o Planejamento Financeiro e Orçamentário	
Planejamento e Execução Orçamentária				
Processos internos	3 Redesenhar os processos do CFO e do SCO	4 Implementar visão de gestão de projetos	10 Manter e aumentar a qualidade da produção das Comissões	11 Agilizar o atendimento das exigências dos órgãos de controle
Processos Finalísticos		Processos Meio		
Aprendizagem e Crescimento	1 Implantar Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI)	2 Implementar Plano de Desenvolvimento de Pessoas		
Infraestrutura		Pessoas	Tecnologia	Processos
VALORES BÁSICOS		VALORES ESPECÍFICOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Legalidade • Moralidade • Eficiência 		<ul style="list-style-type: none"> • Impessoalidade • Publicidade • Comportamento ético • Excelência • Aprimoramento contínuo 		

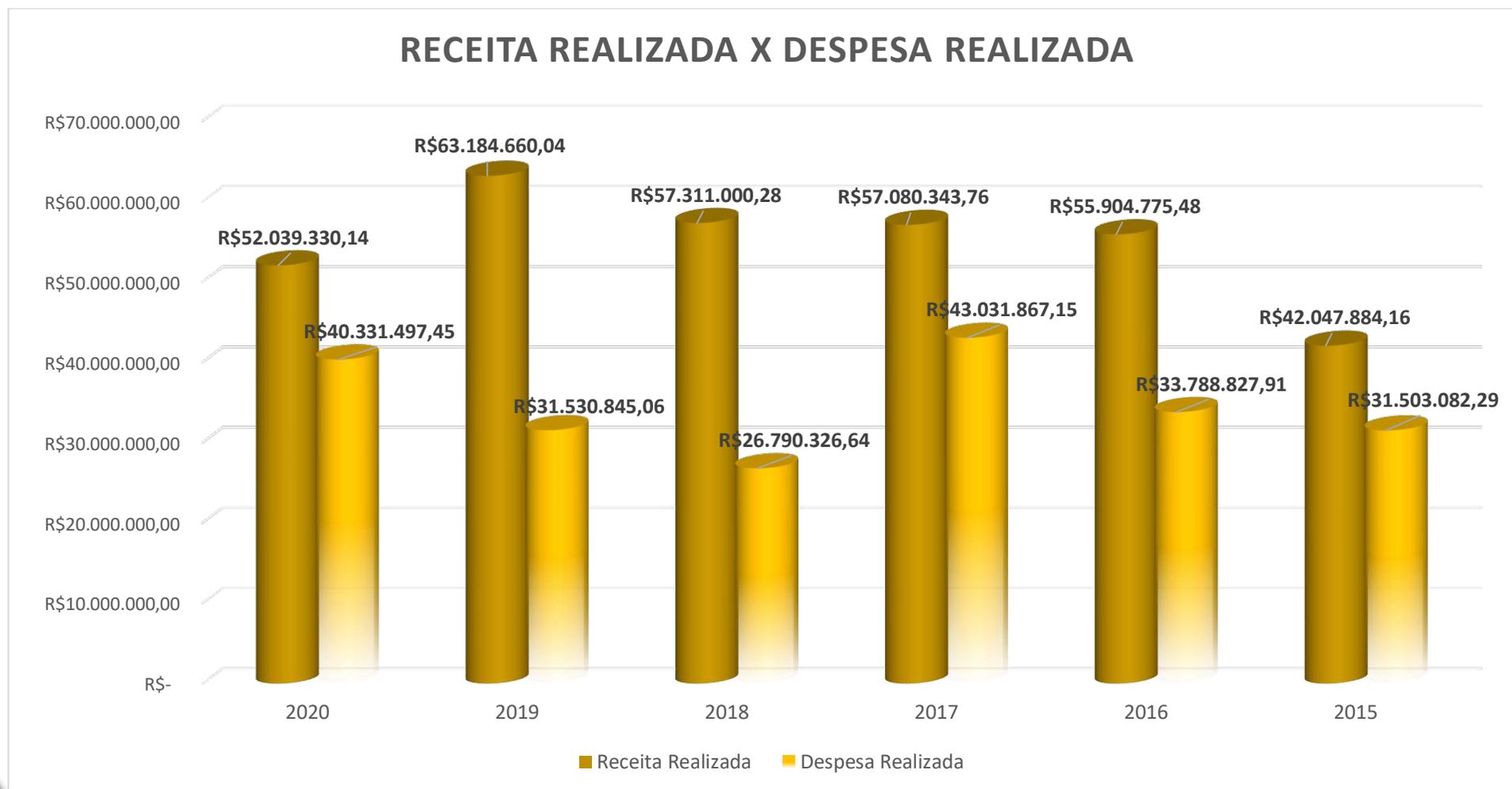
Despesas

Com base no gráfico abaixo, observamos a evolução nos 6 últimos exercícios da despesa fixada, comparativamente a despesa realizada. É possível notar, com base nos dados, que há uma constante estabilização da realização das despesas. No exercício 2020 verifica-se um aumento que retrata o reflexo direto do impacto da pandemia na adaptação da entidade.



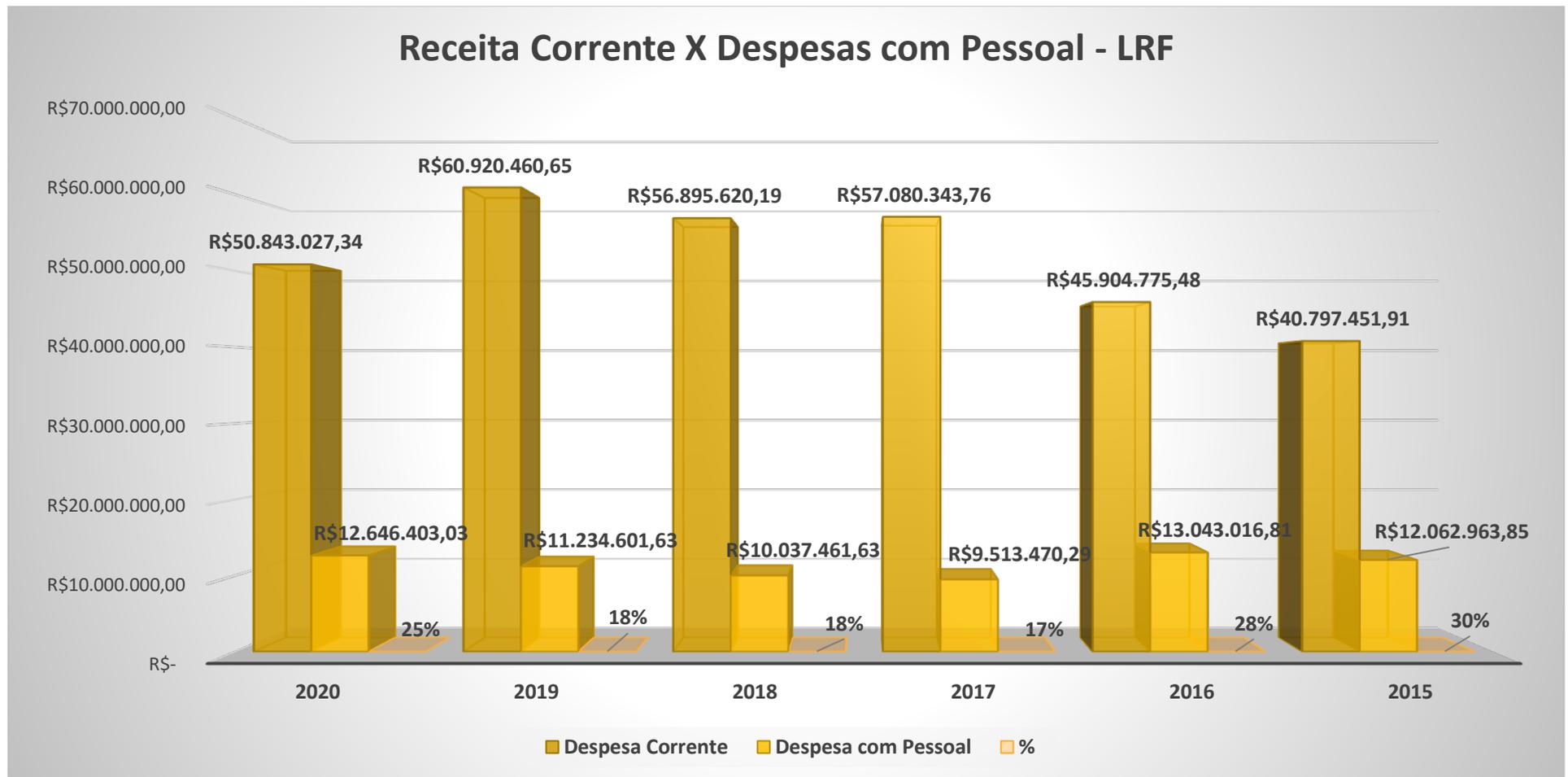
Despesas e Receitas

É possível observar, a partir das informações abaixo, o crescente avanço na realização das receitas, mesmo sem o aumento do valor nominal das anuidades nos cinco últimos exercícios. A diminuição retratada no exercício 2020 é reflexo direto do efeito da pandemia na arrecadação da entidade.



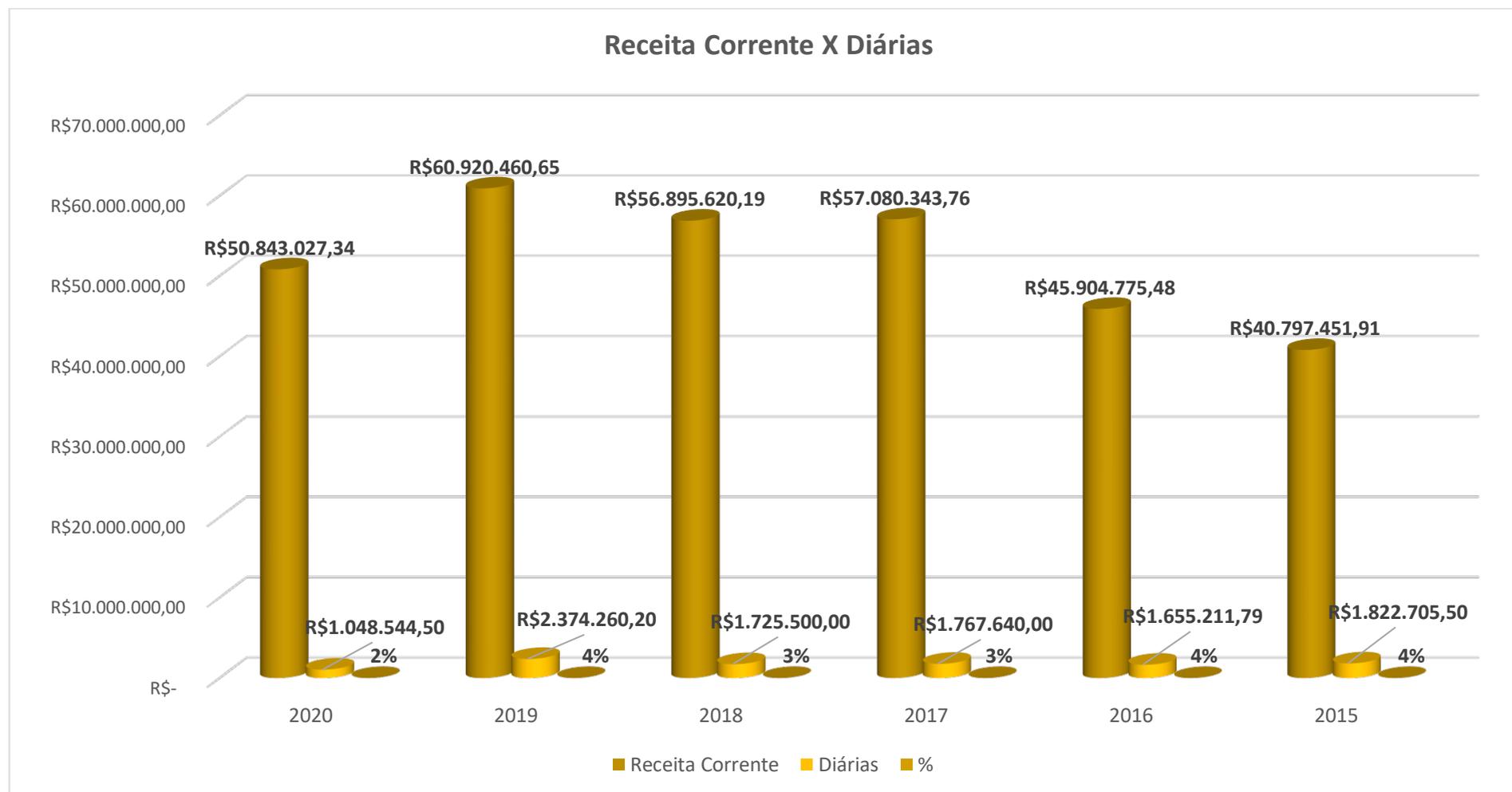
Receita Corrente x Despesa de Pessoal ●●●●●

A Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece na esfera Federal, o limite máximo para gastos com pessoal em 50% da receita corrente líquida. Nesse caso, nota-se que o Conselho Federal de Odontologia encontra-se com percentual bem abaixo do limite prudencial.



Diárias e Receitas

As diárias civis, verbas de caráter indenizatório pagas aos Diretores, Conselheiros, Convidados e Funcionários, apresenta estabilização financeira nos últimos 5 exercícios, mantendo o percentual de correspondência em relação à receita corrente.



Resultados da Gestão

SITUAÇÃO ATUAL

A pandemia causada pelo COVID-19 afetou todo o planejamento realizado para o ano de 2020. Entretanto o Conselho Federal de Odontologia conseguiu implementar com êxito o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), além de evoluir com os cumprimentos dos objetivos do Planejamento Estratégico. Houve, ainda, a implementação dos setores de Auditoria e de Gestão de processos.

PERSPECTIVA FUTURA

Embora notemos o crescimento constante, espera-se para o futuro o aprimoramento das instâncias de governança, gestão e compliance. Ademais, o mapeamento de Processos continua a ser realizado, visando, assim, o contínuo aprimoramento e evolução institucional.

ATENDIMENTO À FINALIDADE

A seguir apresentaremos resultados alcançados durante o período, relacionados às principais atividades finalísticas do CFO.

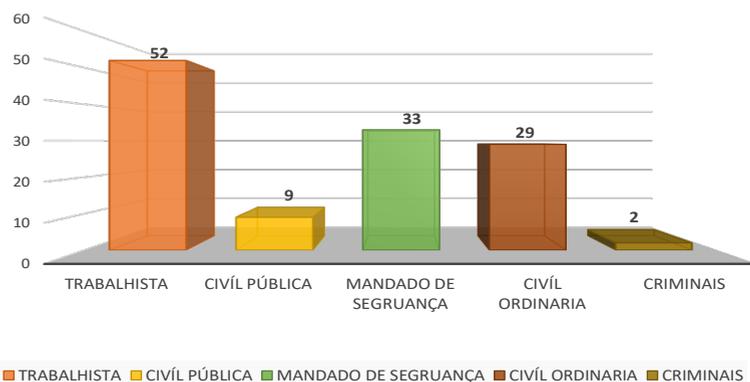


Jurídico

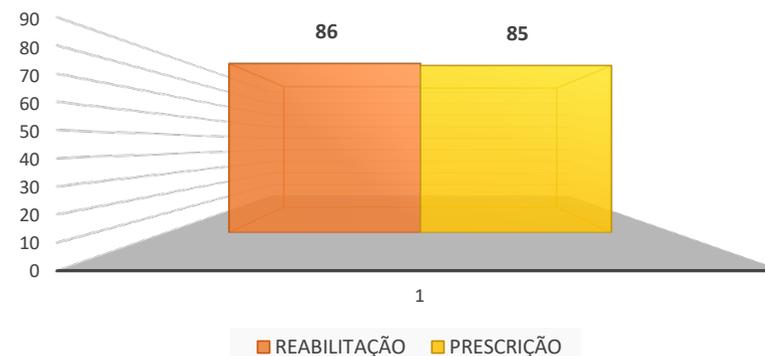
São apresentados os principais números relativos às denúncias, sanções, processos administrativos e processos judiciais no ano de 2020.

Os julgamentos em processos éticos, sejam aqueles em primeira instância ou em segunda instância, representam uma das atividades finalísticas do Conselho Federal de Odontologia. Como estratégia, de modo que a sociedade seja devidamente protegida, buscamos o constante aprimoramento para avaliação célere desses processos.

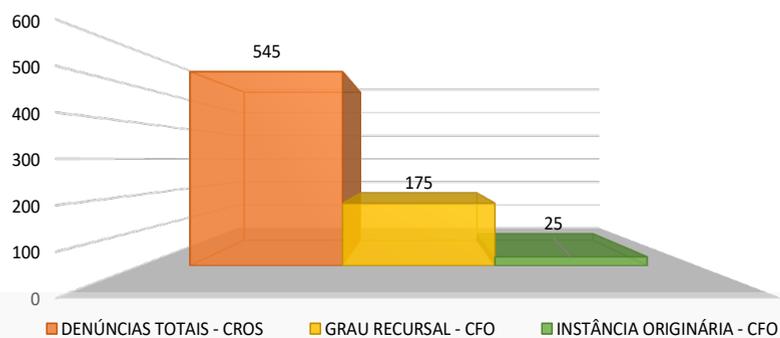
AÇÕES JUDICIAIS



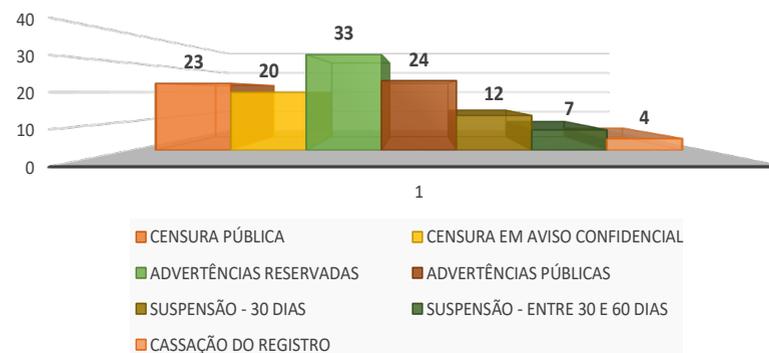
OUTROS PROCESSOS



DENÚNCIAS RECEBIDAS



SANÇÕES APLICADAS



Administração

Demonstramos os números referentes aos Atos Normativos e Reuniões realizadas



Atos Administrativos

39

Decisões

São atos através dos quais o Órgão decide sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou sobre qualquer interpretação ou disposição regulamentar.

12

Resoluções

São atos através dos quais o Órgão impõe ou estabelece normas de caráter geral.

52

Portarias

São atos através dos quais a Presidência dispõe dentro de sua competência sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou normativa.



Principais desafios



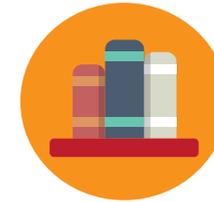
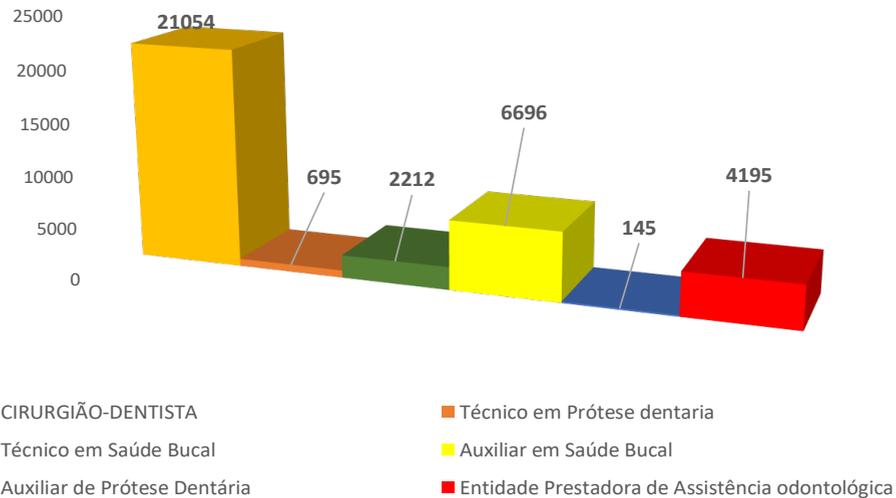
Informatização de todas as atividades



Uso racional de material visando preservar o meio ambiente

Atividade Finalística

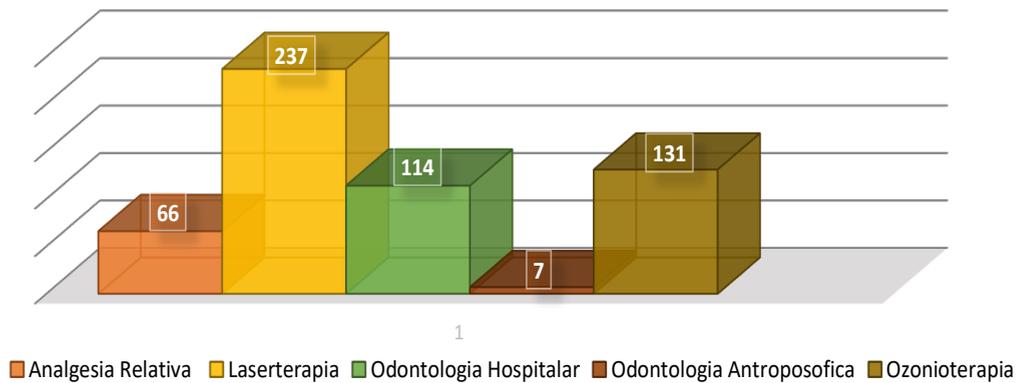
QUANTIDADE DE REGISTROS



Portarias de cursos de especialização

550

CURSOS HABILITADOS



Portarias de cursos de habilitação

77

Atividade Finalística

Os registros de títulos de especialistas são realizados em consonância com o disposto na Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, sendo disciplinadas por esse ato normativo as regras para cursos de especialização ministrados por Estabelecimentos de Ensino e cursos de especialização ministrados por Entidades de Classe. Internamente, cada processo de registro de título de especialista é avaliado pela equipe do Setor de Registro e Especialização, após instrução do processo pelos Conselhos Regionais de Odontologia.



REGISTRO DE ESPECIALIDADES	Quantidade
ACUPUNTURA	9
CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS	293
DENTÍSTICA	193
DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR E DOR OROFACIAL	62
ENDODONTIA	615
ESTOMATOLOGIA	33
HARMONIZAÇÃO OROFACIAL	588
HOMEOPATIA	1
IMPLANTODONTIA	930
ODONTOGERIATRIA	3
ODONTOLOGIA DO ESPORTE	1
ODONTOLOGIA DO TRABALHO	17
ODONTOLOGIA LEGAL	50
ODONTOLOGIA P/ PACIENTES C/ NECESSIDADES ESPECIAIS	32
ODONTOLOGIA PEDIÁTRICA	281
ORTODONTIA	1126
ORTOPEDIA FUNCIONAL DOS MAXILARES	9
PATOLOGIA ORAL E MAXILO FACIAL	2
PERIODONTIA	204
PRÓTESE BUCO-MAXILO-FACIAL	3
PRÓTESE DENTÁRIA	436
RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA E IMAGINOLOGIA	158
SAÚDE COLETIVA	51

Atividade Finalística

A Comissão Especial de Projetos, Parcerias e Convênios realizou um levantamento de dados da fiscalização nos CRO's com objetivo de subsidiar a elaboração deste Relatório de Gestão. Com base nos relatórios, é possível observar também os efeitos da pandemia em relação à execução da atividade finalística, notadamente o seu impacto na realização das fiscalizações.

A seguir, demonstramos as principais informações retiradas do levantamento:

Quantidade de fiscalizações realizadas em conjunto com outros órgãos:

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS	
Ano	Total
2020	221

Quantidade de profissionais/entidades ativos, por categoria, fiscalizados, em 2020:

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS/ENTIDADES FISCALIZADOS	
Categorias	Total
CD	34.300
EPAO	9.256
TPD	1.594
LB	445
TSB	1.308
ASB	4.598
APD	180
Total Geral	51.681

Quantidade de denúncias recebidas pela fiscalização nos CRO's, em 2020:

QUANTIDADE DE DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA FISCALIZAÇÃO	
Ano	Total
2020	9.545

Quantidade de fiscalizações decorrentes de denúncias recebidas nos CRO's, em 2020:

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES DECORRENTES DE DENÚNCIAS RECEBIDAS	
Ano	Total
2020	7.811

Totalidade de fiscalizações referentes ao exercício ilegal da profissão, em 2020:

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES REFERENTES AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO	
Ano	Total
2020	473

Totalidade de processos referente ao exercício ilegal encaminhados ao Ministério Público:

QUANTIDADE DE PROCESSOS REFERENTES AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Ano	Total
2020	51

Atividade Finalística

Com os dados, foram constatadas as seguintes informações:

Percentual de fiscalização de profissionais/entidades em relação ao número de inscritos em 2019 e 2020.

TOTAL FISCALIZAÇÃO X TOTAL DE INSCRITOS			
Ano	Total fiscalização	Total de inscritos	%
2019	84.194	567.546	14,83%
2020	51.681	604.300	8,55%

Média do número de fiscalização pelo número de fiscais em 2019 e 2020

TOTAL FISCALIZAÇÃO X QUANTIDADE DE FISCAIS			
Ano	Total de Fiscalização	Fiscais	Média
2019	84.194	187	450
2020	51.681	193	268

Proporção do número total de denúncias recebidas em relação ao total de fiscalizações decorrentes destas denúncias.

Conforme dados recebidos dos Regionais, apurou-se que, em 2019, foram fiscalizadas 89,05% das denúncias recebidas, enquanto em 2020, foram fiscalizadas 81,83% das denúncias recebidas.

DENÚNCIAS RECEBIDAS X FISCALIZADAS			
Ano	Recebidas	Fiscalizadas	%
2019	7.852	6.992	89,05%
2020	9.545	7.811	81,83%



Comissões

As Comissões Permanentes do Conselho Federal de Odontologia fazem parte da estrutura como Órgãos Complementares e são criadas pela Diretoria, para a execução de determinadas tarefas exigidas para o exercício de sua competência ou para atingir aqueles fins que não recomendem a criação de serviço permanente, nos assuntos relativos à:

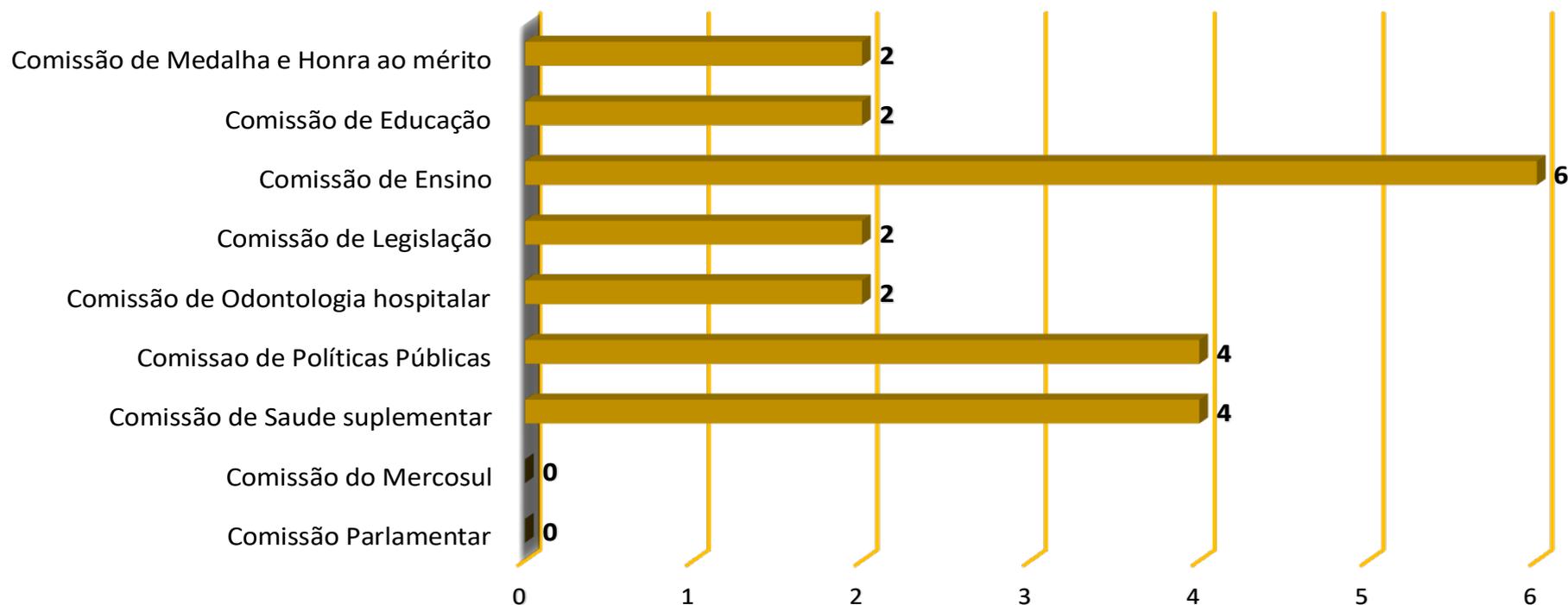
I - Definição de atitudes e orientação sobre procedimentos a serem observados pelos órgãos integrantes da Autarquia no controle e na defesa dos interesses da Odontologia;

II - Fiscalização do exercício profissional, inclusive em hospitais e policlínicas, de anúncios de propaganda vinculados à Odontologia, dos estabelecimentos comerciais e industriais de materiais odontológicos e, da execução de convênios;

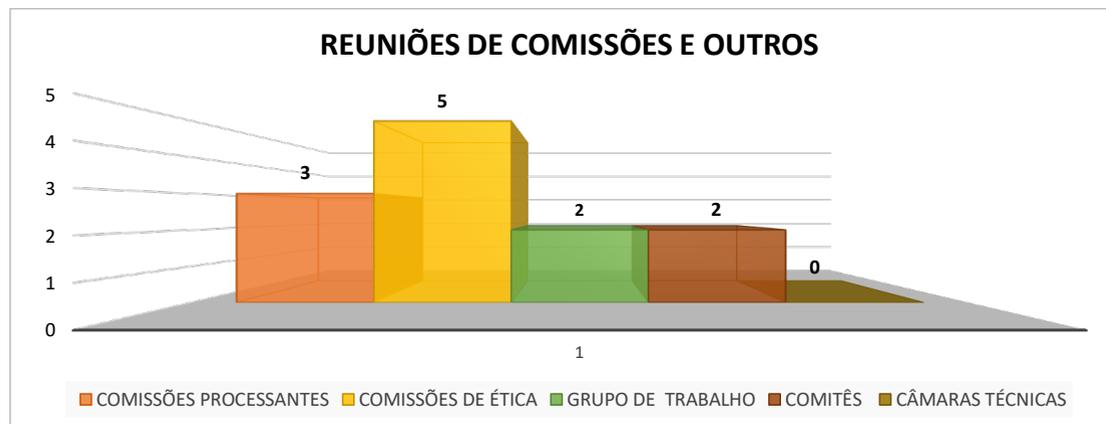
III - Execução ocasional, sem caráter de permanência, de atividades específicas; e,

IV - Qualquer outra atividade que lhes seja cometida, a critério da Diretoria.

REUNIÕES DE COMISSÕES PERMANENTES



Comissões



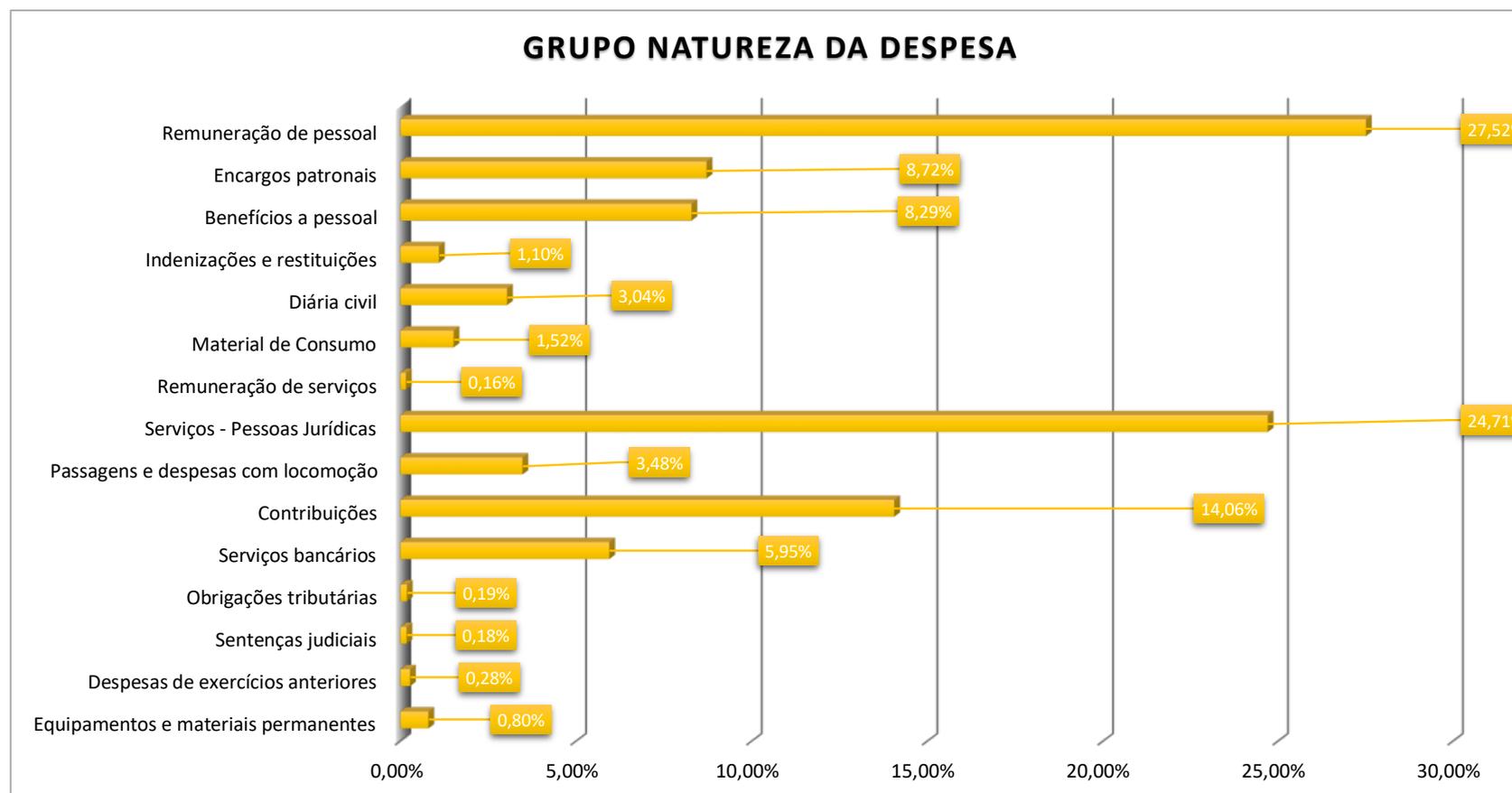
Gestão Financeira



Como demonstrado anteriormente, o CFO possui natureza autárquica, arrecada e gerencia recursos públicos de natureza parafiscal, estando sujeito às normas da administração pública e ao controle jurisdicional do TCU. Nesse contexto, para atingir suas finalidades, o CFO, como qualquer outra entidade da administração pública, necessita de uma Gestão Orçamentária e Financeira alinhada com seu propósito perante a sociedade, que é cumprido através de seu orçamento anual. Por meio dele, os gestores devem estabelecer prioridades e decidem como aplicar os recursos financeiros originados da sociedade.

Por não objetivar lucros e para alcançar os seus objetivos estabelecidos em Lei, a maior fatia das despesas da Autarquia é executada com grupos relativos a pessoal, encargos, uso de bens, serviços e consumo em geral.

A seguir, apresentamos relatório demonstrando o percentual de execução financeira por grupo de natureza de despesa.



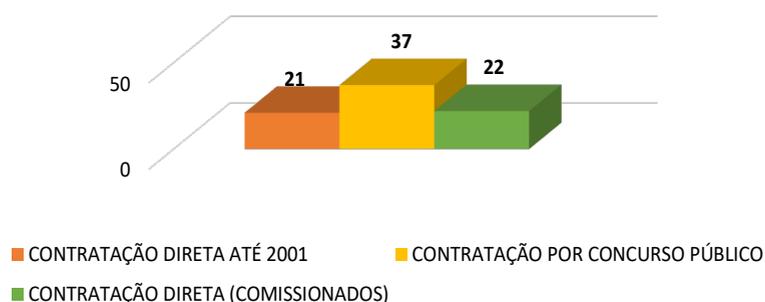
Gestão de Pessoas

A natureza autárquica das entidades fiscalizadoras do exercício profissional, entre elas o Conselho Federal de Odontologia, restou decidida quando do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Mandado de Segurança 21797-9, DJ, de 18/05/2001.

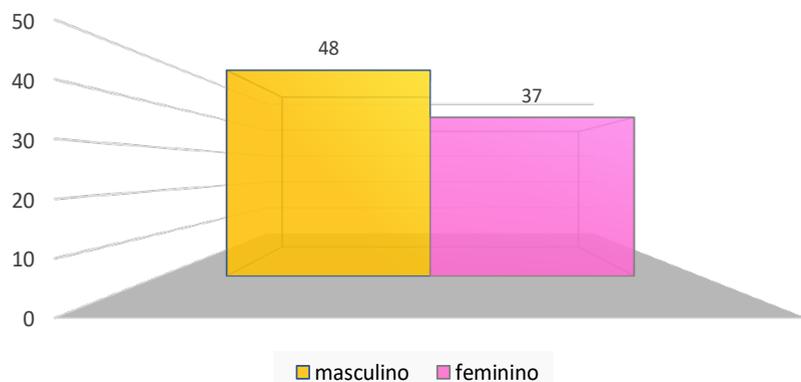
Não obstante o caráter sui generis dessa natureza autárquica, as relações entre empregados e conselhos profissionais tem seu regimento pela Consolidação das Leis Trabalhistas, sendo o provimento efetivo realizado mediante concurso público de provas.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Odontologia cumpre as obrigações legais impostas pela Consolidação das Leis Trabalhistas a seus empregados, bem como observa, quando devido, aspectos originários da Lei 8.112/90.

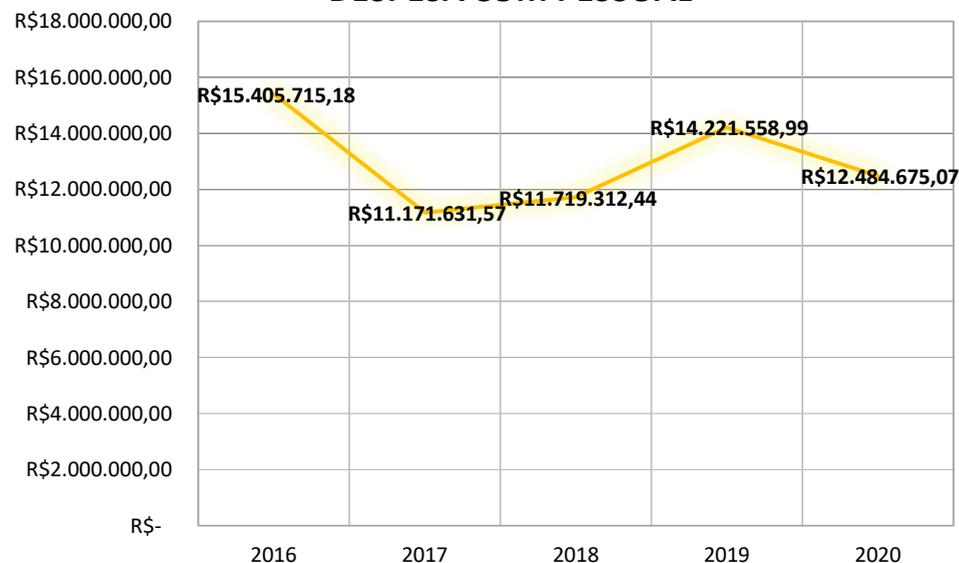
EMPREGADOS POR TIPO DE CONTRATAÇÃO



EMPREGADOS POR SEXO



DESPESA COM PESSOAL

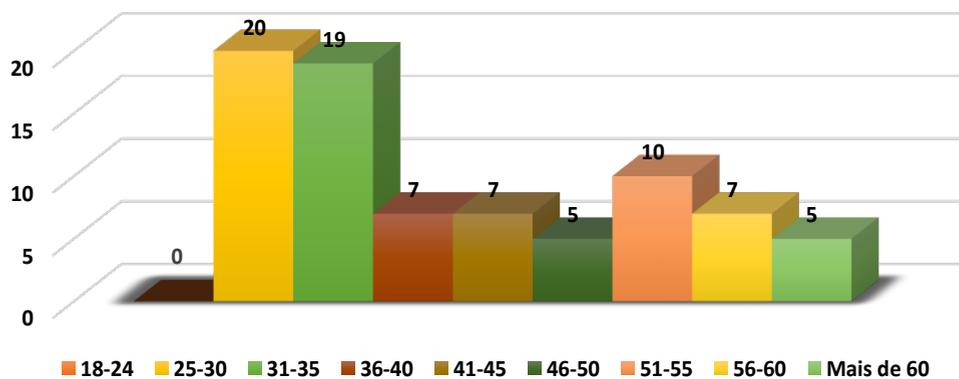


Gestão de Pessoas

REMUNERAÇÃO



EMPREGADO POR FAIXA ETÁRIA



Considerando o caráter público de sua atividade, o Conselho Federal de Odontologia possui natureza autárquica e, desse modo, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, o provimento de seus cargos efetivos ocorre via concurso público.

Em relação à faixa etária e remuneração dos empregados, nota-se que após o Plano de Demissão Voluntária e a anulação dos contratos de trabalho irregulares, temos um efeito de rejuvenescimento da força de trabalho, bem como uma concentração mais próxima à base salarial.

Compras e Gestão de Contratos

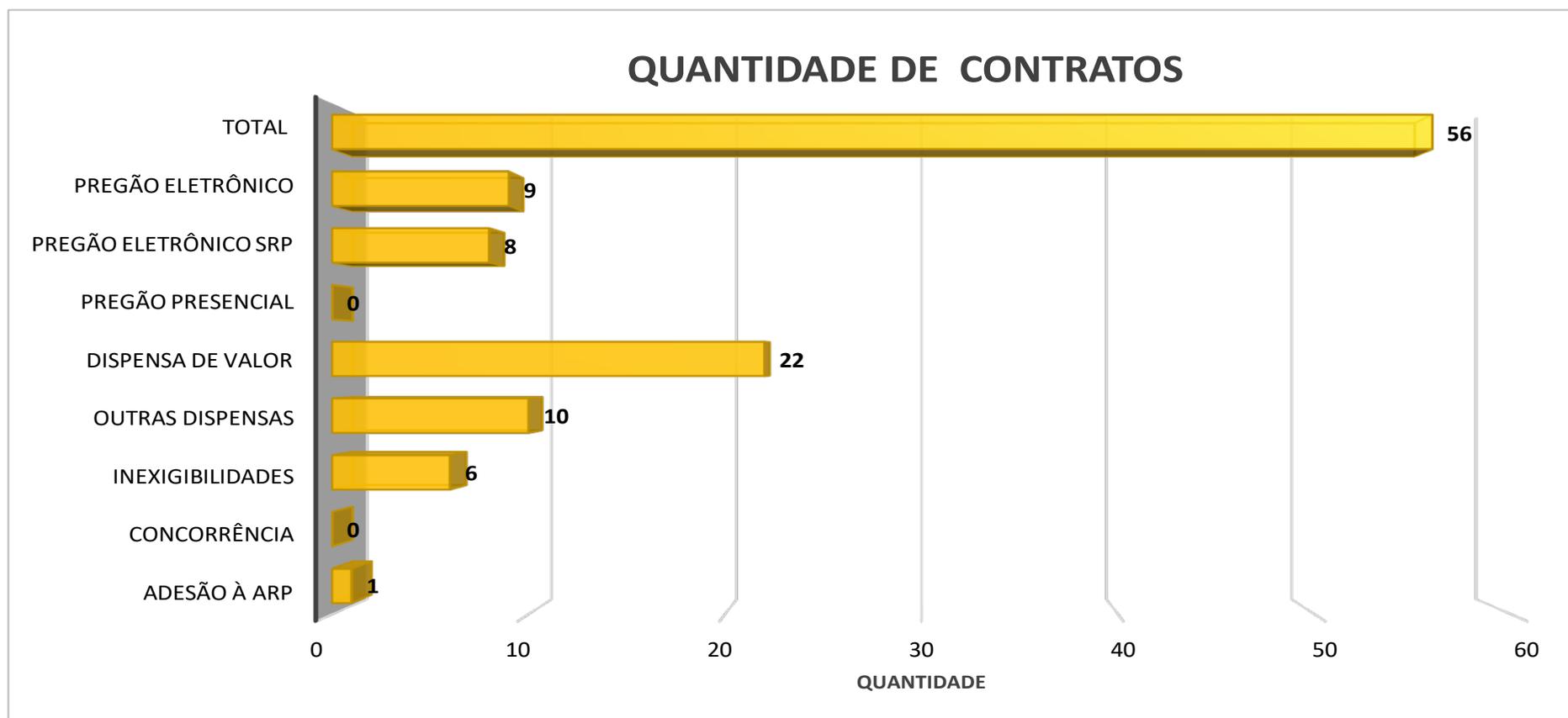
Conformidade legal:

A entidade conta com a Procuradoria Jurídica do CFO nas contratações, assegurando conformidade legal, principalmente às Leis 8.666/1993 e 10.520/2020, Decretos 10.024/19 e 7.892/2013.

Além da aplicação da Lei Geral de Licitações, cabe destacar que os Editais e Instrumentos Contratuais também são confeccionados conforme as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017 para os contratos de serviço e da Instrução Normativa nº 04/2014 para a contratação de soluções de TI, apenas para citar as mais importantes.

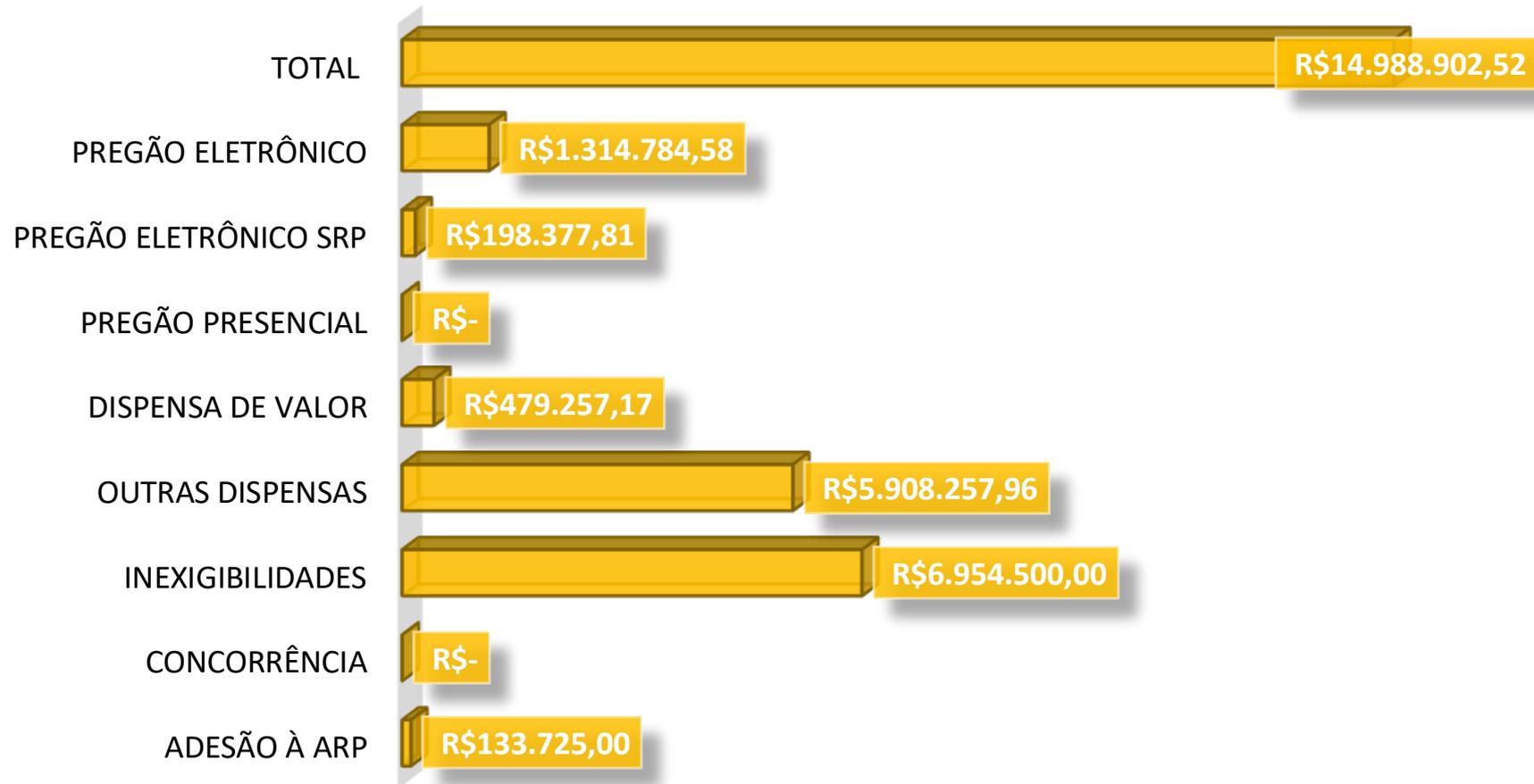
Em 2020 foram tomadas diversas medidas de aprimoramento das atividades de compras e contratos, sendo as principais:

- Planejamento das contratações
- Estabelecimento de objetivos estratégicas em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional
- Capacitação constante dos empregados do Setor frente às normas normativas



Compras e Gestão de Contratos

VALOR TOTAL DAS CONTRATAÇÕES



Tecnologia da Informação

Em 2020, ocorreu a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Esse plano modernizou a autarquia, norteador as ações estratégicas a serem adotadas.

O PDTI é um documento em nível tático que descreve de forma abrangente e sucinta como o CFO pode realizar a transição da situação atual em termos de Tecnologia da Informação (TI) para uma nova situação, a partir da definição de um plano de metas e ações.



Plano diretor foi elaborado seguindo as seguintes Etapas:

- Etapa I – Estruturação e Planejamento do Projeto
- Etapa II – Levantamento do diagnóstico para elaboração do PDTI
- Etapa III – Análise crítica do PDTI
- Etapa IV- Estruturação do PDTI

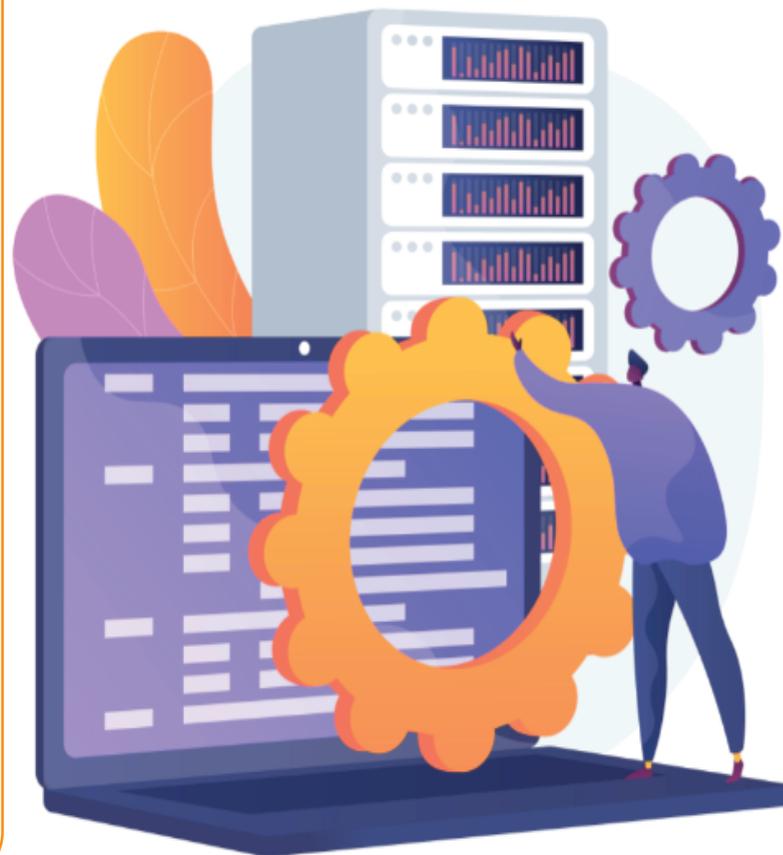
Em torno do ano de 2020, o PDTI foi evoluindo através de suas Etapas:

Entre janeiro e fevereiro foi feita a identificação das informações básicas referentes aos princípios e diretrizes sob os quais é elaborado o PDTI, de acordo com as expectativas da Diretoria Executiva do CFO, Superintendência, Área de TI e demais áreas internas. Logo após, a partir de março, realizou-se a elaboração do diagnóstico da situação atual da TI (AS-IS). Já em abril, fez-se a análise crítica detalhada das informações obtidas no diagnóstico e a estruturação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Por fim, após abril, implementou-se a estruturação do PDTI (etapa IV) que corresponde ao planejamento da execução de atividades de acompanhamento da implantação do PDTI, através da elaboração de um Plano de Ação que oriente a migração para a nova proposta estabelecida no PDTI.

Tecnologia da Informação

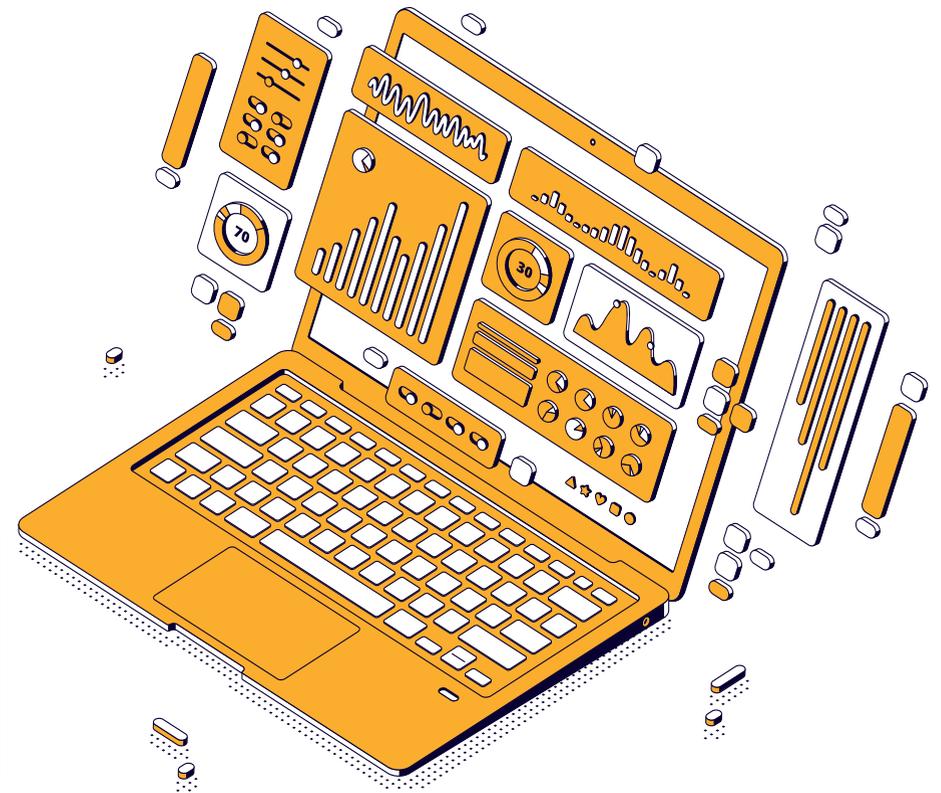
Em 2020, estes foram os principais projetos executados pela área de TI:

- **Anuidade Zero** – Fizemos um site que possibilitará que os inscritos consigam abater até 100% das taxas no regime de cashback. Isso é algo que o mercado pede e que não representa custo algum para o CFO, mas representa muito benefício para os inscritos.
- **Prescrição Eletrônica** – Desenvolvemos uma funcionalidade que possibilita que os Cirurgiões Dentistas emitam receitas e pedidos de forma remota. Ademais, esse serviço possibilita que os profissionais do CFO emitam documentos com certificação digital, garantindo confiabilidade nos documentos emitidos. Isso, em tempos de pandemia, se mostrou uma atitude extremamente correta e atual.
- **Cartão de Crédito** – Desenvolvemos uma integração do MUMPS com uma operadora de cartão de crédito. Para os que não sabem, o MUMPS não tem uma “saída” para a web. Para conseguir que o MUMPS “converse” com a web tivemos que desenvolver rotinas de forma que o site gera um arquivo TXT, esse arquivo é lido por uma rotina que leva o arquivo até o MUMPS. No MUMPS tem uma rotina que lê esse arquivo, processa e devolve a resposta em outro arquivo TXT. Esse outro arquivo é lido por uma outra rotina que copia o arquivo para a WEB. Na WEB tem outra rotina que lê esse arquivo e faz o processamento.
- **Upgrade dos servidores** – A aquisição de um novo servidor, que possibilitasse processar a migração dos CRO, do MUMPS para o SISCAF, foi uma tarefa muito grande pois nossos servidores são antigos e não haveria tempo hábil para a aquisição de novos.
- **Implantação do SISCAF** – Implantamos o SISCAF, o principal sistema do sistema conselho de odontologia, em 18 CRO, aproximadamente 50% do total de inscritos, migrados com sucesso! Cada implantação dessas é precedida por uma série de ações que envolvem a exclusão de lixo eletrônico, a separação de cadastros e registros financeiros, a geração de arquivos, a carga desses arquivos no novo sistema, o treinamento dos usuários e a validação dos dados no novo sistema!



Tecnologia da Informação

- **Trabalho / acesso remoto** – Garantimos o acesso remoto e seguro aos computadores do CFO por uma tecnologia chamada VPN, que possibilita que um equipamento de fora do CFO acesse um equipamento dentro do CFO de forma segura. Criou-se 1 VPN para cada servidor do CFO.
- **Webconferência** – Junto com a VPN foi providenciada uma licença para acesso ao sistema de webconferência totalmente integrado ao nosso sistema de gestão interna.
- **Boletos on-line** – Desenvolvemos uma solução que possibilitou que o MUMPS conseguisse fazer o registro do boleto em menos de meia hora, o que agilizou muito a arrecadação pois antes o registro do boleto demorava cerca de 24 horas.
- **Processos** – Iniciamos o mapeamento de todos os nossos processos, o que é fundamental para a TI enquanto prestadores de serviços internos. Isso vai possibilitar um melhor planejamento das nossas ações e o melhor conhecimento do perfil dos nossos “clientes”.
- **Implantação do PDTI** – Uma empresa foi contratada e, a quatro mãos, elaboramos e implantamos o PDTI.
- **Site do CFO** – Fizemos diversas melhorias e adequações no site do CFO que envolveram tanto aspectos estéticos como funcionais e de hospedagem. O site hoje está menos vulnerável a ataques, mais adequado a LAI e com mais serviços.



Tecnologia da Informação

Na Tecnologia da Informação, para 2021, temos como principais desafios e ações futuras:

- Cobrança da Anuidade 2021 nos dois sistemas – MUMPS e SISCAF.
- Finalização do sistema de recebimento em cartão de crédito via MUMPS.
- Atualização do sistema de parcelamento da anuidade 2021, na web.
- Conclusão da migração do sistema feito em MUMPS para o sistema feito em .NET.
- Atualização do PDTI.
- Reconfigurar a rede do CFO para contemplar uma segurança mais evoluída, possibilitar o acesso aos sites públicos sem a necessidade de VPN.
- Auxiliar na implantação da LGPD no CFO.
- Renovação do parque de computadores do CFO.
- Implantar rotinas de validação da segurança da informação.





CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

CAPÍTULO 4
Informações Orçamentárias,
Financeiras e Contábeis

Responsáveis pelas Demonstrações ●●●●●●●●

Abaixo apresentamos as informações sobre os responsáveis pelos dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis do exercício de 2020 apresentados neste capítulo.

Os relatórios, informações, dados e infográficos deste capítulo apresentam as metodologias e formatos adotados, bem como destaca os fatos contábeis e financeiros mais relevantes e impactantes nos resultados e de que forma estão expressos e contidos nos demonstrativos contábeis e nas principais contas.

Os balanços, demonstrações e notas explicativas estão disponibilizados também no Portal Transparência do Conselho Federal de Odontologia: <http://transparencia.cfo.org.br/>.



Juliano do Vale
Presidente
CPF: 451.715.301-06



Ermensson Luiz Jorge
Vice-Presidente
CPF: 449.353.409-59



Claudio Yukio Miyake
Secretário-Geral
CPF: 056.758.308-20



Luiz Evaristo Ricci Volpato
Tesoureiro
CPF: 689.096.401-20



Rodrigo Gomes Couto
Superintendente Executivo
CPF: 006.809.671-25



Rodrigo Leandro Teixeira
Contador
CPF: 025.501.455-42

Declaração do Contador



A Gerência Contábil do Conselho Federal de Odontologia - GERCON, de acordo com o Regimento Interno – Resolução CFO 034 de 29/10/2002 compõe a estrutura organizacional do CFO e conforme parágrafo único do artigo 69 exerce a competência organizacional para proceder aos registros de contabilidade da autarquia, levantamento de balancetes e demais demonstrações contábeis, dentre outras atividades.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis da autarquia e o arcabouço documental que deu suporte aos registros. Todavia, antes da efetiva declaração, cabe fazer algumas considerações e ressalvas para melhor esclarecer sobre os serviços que originaram o levantamento da situação econômico-financeira do CFO e dar maior clareza as informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade. O tratamento dos documentos e consequentes registros contábeis efetuados pelo CFO foram realizados, via de regra, diariamente, por meio do SISCONT_NET, sistema contábil fornecido pela empresa Implanta Informática, com os trabalhos de registros feitos pelo serviço de contabilidade da Gerência Contábil do CFO, conforme citado. A verificação e instrução dos documentos em processos de recebimentos e de pagamentos realizados, que dão suportes aos lançamentos contábeis foi realizada, via de regra, no âmbito da Gerência Financeira.

Além disso, necessita-se observar que a gestão patrimonial do CFO está desatualizada, restando prejudicada sua representação fidedigna, em que pese o CFO estar buscando esforços para sanar a situação, conforme apontado em nota explicativa nº 08.

É importante registrar a atuação efetiva de natureza fiscalizatória da Comissão de Tomada de Contas do CFO, com apoio técnico do empregado(a) designado(a) especificamente para realização dos trabalhos de análise dos documentos e dos consequentes registros de gestão, em observância ao princípio da segregação de função, com reuniões periódicas e sucessivas, conforme se demonstra no site de transparência do CFO.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia - CFO são as seguintes:

- ▶ Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da autarquia;
- ▶ Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- ▶ Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas no decorrer do exercício;
- ▶ Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas); e
- ▶ Notas Explicativas – são informações adicionais às apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Declaração do Contador

Por fim, estas demonstrações contábeis foram elaboradas em observâncias às normas contábeis vigentes no Brasil, como: a lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas internas do CFO.

Declaração

No que concerne à regularidade da peças contábeis, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, regidos no que couber aos Conselhos de Fiscalização, pela Lei no 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Odontologia, ainda que não tenham sido realizados serviços de auditoria independente no CFO.



Brasília-DF, fevereiro de 2020.

Rodrigo Leandro Teixeira, CRC nº 027.335/O - Contador

Demonstrações Contábeis



Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis:

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei no 4.320/1964. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade utilizado pelo CFO (SISCONT_NET), e tiveram como escopo as informações consolidadas das diversas contas do sistema da autarquia. As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

Balanco Patrimonial (BP);
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
Balanco Orçamentário (BO);
Balanco Financeiro (BF);
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
Notas Explicativas:

Sumário dos Principais Critérios e Políticas Contábeis adotados pelo CFO

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Federal de Odontologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público



Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem contas bancárias e depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. As contas bancárias, observam, no que cabe, o princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto no 93.872/1986), assim sendo, as contas de movimentos, são mantidas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e acolhe todas as disponibilidades financeiras da Autarquia. Sendo as contas de arrecadação mantidas, em razão de procedimento licitatório, pelo banco Brasil.

Demonstrações Contábeis



Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) créditos contratuais ou de outras entidades; (iii) créditos de cota parte das anuidades; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) depósitos restituíveis. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, e possivelmente, quando couber, acrescido das atualizações monetárias e juros.



Outros Créditos e Valores a Curto Prazos

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) empréstimos e financiamentos concedidos; (ii) estoques; (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando necessário. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.



Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos com cota parte da dívida ativa, a ser inserido no decorrer do ano vindouro; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos – PAI-E; Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.



Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Via de regra, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Conforme exposto nas declarações do contador e corroborado em Nota Explicativa no 08, o CFO não efetuou os procedimentos afetos ao ajuste ao valor justo e a depreciação, tendo como escopo para o exercício vindouro, o uso de novo sistema patrimonial e a feitura de inventário de bens e a consequente definição de procedimentos para ajuste ao valor de mercado e depreciação de seus bens.

Demonstrações Contábeis



Passivo

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) empréstimos e financiamentos;
- (iii) fornecedores e contas a pagar;
- (iv) provisões; e
- (vii) demais obrigações.



Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras de empréstimos. Os empréstimos são dívidas contratuais (contratos de empréstimos). Não há hodiernamente empréstimos contraídos pela autarquia, o último foi saldado em outubro de 2017, que se deu em razão da aquisição da sede própria da autarquia na cidade de Brasília.



Provisões

As provisões estão segregadas em duas categorias:

- (i) riscos trabalhistas;
- (ii) outras, utilizada pelo CFO para classificar o depósito judicial consignado. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor.



Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Demonstrações Contábeis



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a autarquia, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.



Resultado orçamentário

O regime orçamentário segue o que preconiza a Lei no 4.320/1964, ou seja, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. Assim sendo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da autarquia. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.



Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Não há hodiernamente no CFO nenhum contingenciamento de recursos.

CFO

Conselho Federal de Odontologia
CFO nº 1.116/00-28

Balanco Patrimonial

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

Período Anterior: 01/01/2019 à 31/12/2019

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
CFO			Período Anterior: 01/01/2019 à 31/12/2019		
ATIVO CIRCULANTE	R\$105.383.190,17	R\$93.590.406,84	PASSIVO CIRCULANTE	R\$1.710.824,64	R\$2.804.566,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$101.654.823,51	R\$89.411.904,76	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$182.859,17	R\$159.593,76
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$-	R\$-	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	R\$-	R\$-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$2.279.277,43	R\$2.576.623,80	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$1.070.440,68	R\$557.774,86
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	R\$-	R\$-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$-	R\$-
ESTOQUES	R\$650.529,25	R\$565.743,23	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$-	R\$-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$798.559,98	R\$1.036.135,05	PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$359.033,57	R\$359.033,57
	R\$-	R\$-	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$98.491,22	R\$1.728.163,83
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$27.623.665,07	R\$28.114.136,08	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$-	R\$-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$-	R\$757.057,82	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	R\$-	R\$-
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	R\$-	R\$757.057,82	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	R\$-	R\$-
INVESTIMENTOS	R\$-	R\$-	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	R\$-	R\$-
IMOBILIZADO	R\$27.623.665,07	R\$27.357.078,26	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	R\$-	R\$-
BENS MÓVEIS	R\$3.429.893,89	R\$3.236.443,08	PROVISÕES A LONGO PRAZO	R\$-	R\$-
BENS IMÓVEIS	R\$24.145.958,71	R\$24.072.822,71	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	R\$-	R\$-
TÍTULOS E AÇÕES	R\$47.812,47	R\$47.812,47	RESULTADO DIFERIDO	R\$-	R\$-
INTANGÍVEL	0	0		R\$-	R\$-
			TOTAL DO PASSIVO	R\$1.710.824,64	R\$2.804.566,02
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	R\$19.047.799,57	R\$19.047.799,57
			Ajuste de avaliação Patrimonial	R\$-	R\$-
			Demais Reservas	R\$-	R\$-
			Resultados Acumulados	R\$112.248.231,03	R\$99.852.177,33
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$131.296.030,60	R\$118.899.976,90
TOTAL	133.006.855,24	121.704.542,92	TOTAL	133.006.855,24	121.704.542,92
ATIVO FINANCEIRO	R\$103.645.603,10	R\$91.498.360,81	PASSIVO FINANCEIRO	R\$16.490.055,64	R\$3.218.181,27
ATIVO PERMANENTE	R\$29.361.252,14	R\$30.206.182,11	PASSIVO PERMANENTE	R\$359.033,57	R\$359.033,57
SALDO PATRIMONIAL				R\$116.157.766,03	R\$118.127.328,08
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0	0	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0	0
Execução de Direitos Conveniados	0	0	Execução de Obrigações Conveniadas	0	0
Execução de Direitos Contratuais	0	0	Execução de Obrigações Contratuais	0	0
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0	0	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0	0
TOTAL	0	0	TOTAL	0	0
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	R\$87.155.547,46		R\$88.280.179,54		

Balanço Orçamentário



Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	76.155.615,41	76.155.615,41	50.843.027,34	-25.312.588,07
COTA PARTE	69.588.336,03	69.588.336,03	48.125.416,55	-21.462.919,48
FINANCEIRAS	5.767.279,38	5.767.279,38	2.541.657,33	-3.225.622,05
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	300.000,00	300.000,00	249.836,71	-50.163,29
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	5.467.279,38	5.467.279,38	2.291.820,62	-3.175.458,76
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.467.279,38	5.467.279,38	2.291.820,62	-3.175.458,76
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	800.000,00	800.000,00	175.953,46	-624.046,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	800.000,00	800.000,00	11.619,80	-788.380,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	800.000,00	800.000,00	11.619,80	-788.380,20
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	164.333,66	164.333,66
RECEITA DE CAPITAL	10.697.628,38	10.697.628,38	1.196.302,80	-9.501.325,58
ALIENACAO DE BENS	10.697.628,38	10.697.628,38	0,00	-10.697.628,38
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	10.697.628,38	10.697.628,38	0,00	-10.697.628,38
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00	1.196.302,80	1.196.302,80
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	86.853.243,79	86.853.243,79	52.039.330,14	-34.813.913,65
DÉFICIT	0,00	0,00	3.430.431,88	3.430.431,88
TOTAL	86.853.243,79	86.853.243,79	55.469.762,02	-31.383.481,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	23.745.266,86	0,00	23.745.266,86
SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR	0,00	23.745.266,86	0,00	23.745.266,86

Balanço Orçamentário

CFO

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	69.376.243,79	93.121.510,65	40.295.917,83	35.204.914,64	34.173.857,96	52.825.592,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.879.443,71	19.879.443,71	12.646.403,03	12.646.403,03	12.484.675,07	7.233.040,68
REMUNERAÇÃO PESSOAL	16.061.110,55	15.061.110,55	9.480.156,14	9.480.156,14	9.480.156,14	5.580.954,41
ENCARGOS PATRONAIS	4.818.333,16	4.818.333,16	3.166.246,89	3.166.246,89	3.004.518,93	1.652.086,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.382.633,28	48.686.633,28	16.152.431,02	15.440.611,45	14.571.282,73	32.534.202,26
BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.650.000,00	4.050.000,00	2.971.420,75	2.971.420,75	2.854.681,61	1.078.579,25
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	1.000.000,00	700.000,00	386.180,98	377.398,91	377.398,91	313.819,02
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	27.002.633,28	39.406.633,28	11.550.983,11	10.847.945,61	10.139.454,61	27.855.650,17
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.730.000,00	4.530.000,00	1.243.846,18	1.243.846,18	1.199.747,60	3.286.153,82
CONTRIBUIÇÕES	6.479.166,80	20.224.433,66	9.222.992,64	4.843.809,02	4.843.809,02	11.001.441,02
SERVIÇOS BANCÁRIOS	3.750.000,00	3.750.000,00	2.050.896,32	2.050.896,32	2.050.896,32	1.699.103,68
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	235.000,00	131.000,00	63.010,74	63.010,74	63.010,74	67.989,26
SENTENÇAS JUDICIAIS	500.000,00	300.000,00	63.007,96	63.007,96	63.007,96	236.992,04
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	150.000,00	150.000,00	97.176,12	97.176,12	97.176,12	52.823,88
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	17.477.000,00	17.477.000,00	15.173.844,19	5.126.582,81	5.087.198,81	2.303.155,81
INVESTIMENTOS	2.477.000,00	2.477.000,00	266.586,81	266.586,81	227.202,81	2.210.413,19
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.177.000,00	2.177.000,00	193.450,81	193.450,81	154.066,81	1.983.549,19
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	300.000,00	300.000,00	73.136,00	73.136,00	73.136,00	226.864,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	15.000.000,00	15.000.000,00	14.907.257,38	4.859.996,00	4.859.996,00	92.742,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.000.000,00	15.000.000,00	14.907.257,38	4.859.996,00	4.859.996,00	92.742,62
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	86.853.243,79	110.598.510,65	55.469.762,02	40.331.497,45	39.261.056,77	55.128.748,63
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	86.853.243,79	110.598.510,65	55.469.762,02	40.331.497,45	39.261.056,77	55.128.748,63

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
CFO					
Receita Orçamentária	52.039.330,14	63.184.660,04	Despesa Orçamentária	55.469.762,02	32.861.268,74
RECEITA REALIZADA	52.039.330,14	63.184.660,04	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	15.138.264,57	772.648,82
RECEITA CORRENTE	50.843.027,34	60.920.460,65	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.070.440,68	557.774,86
COTA PARTE	48.125.416,55	56.024.585,09	CREDITO EMPENHADO – PAGO	39.261.056,77	31.530.845,06
FINANCEIRAS	2.541.657,33	4.761.292,81	DESPESA CORRENTE	34.173.857,96	31.294.117,06
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	249.836,71	247.348,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.480.156,14	8.796.713,23
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.291.820,62	4.513.944,61	ENCARGOS PATRONAIS	3.004.518,93	2.437.888,40
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.291.820,62	4.513.944,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.571.282,73	13.525.518,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	175.953,46	134.582,75	CONTRIBUIÇÕES	4.843.809,02	3.917.083,48
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.619,80	13.701,34	SERVIÇOS BANCÁRIOS	2.050.896,32	2.290.398,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.619,80	13.701,34	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	63.010,74	119.995,08
RECEITAS DIVERSAS	164.333,66	120.881,41	SENTENÇAS JUDICIAIS	63.007,96	76.597,78
RECEITA DE CAPITAL	1.196.302,80	2.264.199,39	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	97.176,12	129.922,07
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	1.196.302,80	2.264.199,39	DESPESA DE CAPITAL	5.087.198,81	236.728,00
			INVESTIMENTOS	227.202,81	236.728,00
			OUTRAS DESPESAS CAPITAL	4.859.996,00	
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	35.088.980,98	23.149.502,77	Pagamentos Extraorçamentários	19.339.503,15	23.434.837,57
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	15.138.264,57	772.648,82	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	172.648,82	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.070.440,68	557.774,86	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	557.774,86	554.727,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	131.697,47	84.444,36	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.570,28	95.284,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários	18.748.578,26	21.734.634,73	Outros Pagamentos Extraorçamentários	18.553.509,19	22.784.825,15
Saldo em espécie do Exercício Anterior	89.426.600,23	59.388.543,73	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	101.745.646,18	89.426.600,23
Caixa e Equivalente de Caixa	89.411.904,76	59.362.710,60	Caixa e Equivalente de Caixa	101.654.823,51	89.411.904,76
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	14.695,47	25.833,13	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	90.822,67	14.695,47
Total:	R\$176.554.911,35	R\$145.722.706,54		R\$176.554.911,35	R\$145.722.706,54

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

CFE
Conselho Federal de Odontologia
CNPJ: 61.919.643/0001-28

CFE
CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	50.843.027,34	60.920.460,65
COTA PARTE	48.125.416,55	56.024.585,09
FINANCEIRAS	2.541.657,33	4.761.292,81
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	249.836,71	247.348,20
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.291.820,62	4.513.944,61
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.291.820,62	4.513.944,61
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	175.953,46	134.582,75
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.619,80	13.701,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.619,80	13.701,34
RECEITAS DIVERSAS	164.333,66	120.881,41
OUTROS INGRESSOS	18.935.846,01	21.914.363,61
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	34.173.857,96	31.294.117,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.480.156,14	8.796.713,23
ENCARGOS PATRONAIS	3.004.518,93	2.437.888,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.571.282,73	13.525.518,26
CONTRIBUIÇÕES	4.843.809,02	3.917.083,48
SERVIÇOS BANCÁRIOS	2.050.896,32	2.290.398,76
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	63.010,74	119.995,08
SENTENÇAS JUDICIAIS	63.007,96	76.597,78
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	97.176,12	129.922,07
OUTROS DESEMBOLSOS	19.471.200,63	23.518.984,43
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	16.133.814,76	28.021.722,77
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	1.196.302,80	2.264.199,39
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	227.202,81	236.728,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	4.859.996,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.890.896,01	2.027.471,39
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	12.242.918,75	30.049.194,16
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.242.918,75	30.049.194,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	89.411.904,76	59.362.710,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	101.654.823,51	89.411.904,76



Variações Patrimoniais

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	52.833.951,22	59.445.541,85	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	40.437.897,52	31.986.110,23
CONTRIBUIÇÕES	49.831.216,35	54.318.785,29	PESSOAL E ENCARGOS	15.995.222,69	14.419.673,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	49.831.216,35	54.318.785,29	REMUNERACAO DE PESSOAL	9.480.156,14	8.796.713,23
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	49.831.216,35	54.318.785,29	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	9.480.156,14	8.796.713,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.541.657,33	4.761.292,81	ENCARGOS PATRONAIS	3.166.246,89	2.641.766,17
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	249.836,71	247.348,20	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	3.166.246,89	2.641.766,17
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	249.836,71	247.348,20	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.971.420,75	2.302.259,72
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	2.291.820,62	4.513.944,61	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	2.971.420,75	2.302.259,72
MULTAS SOBRE ANUIDADES	2.291.820,62	4.513.944,61	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	377.398,91	678.934,31
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	285.124,08	230.881,00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	377.398,91	678.934,31
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	285.124,08	230.881,00	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	12.091.791,79	10.898.221,32
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	285.124,08	230.881,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	525.207,92	849.388,32
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	175.953,46	134.582,75	CONSUMO DE MATERIAL	525.207,92	849.388,32
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	175.953,46	134.582,75	SERVIÇOS	11.566.583,87	10.048.833,00
INDENIZAÇÕES	11.619,80	13.701,34	DIÁRIAS CIVIL	1.048.544,50	2.374.260,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	164.333,66	120.881,41	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	1.299.707,27	3.356.860,02
	0,00	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	9.218.332,10	4.317.712,78
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.050.896,32	2.290.398,76
	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2.050.896,32	2.290.398,76
	0,00	0,00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.050.896,32	2.290.398,76
	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.859.996,00	0,00
	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.859.996,00	0,00
	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.859.996,00	0,00
	0,00	0,00	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	200.338,06	134.218,31
	0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS	200.338,06	134.218,31
	0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	200.338,06	134.218,31
	0,00	0,00	TRIBUTARIAS	5.079.468,58	4.037.078,56
	0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	63.010,74	119.995,08
	0,00	0,00	IMPOSTOS	63.010,74	119.995,08
	0,00	0,00	CONTRIBUICOES	5.016.457,84	3.917.083,48
	0,00	0,00	CONTRIBUICOES	5.016.457,84	3.917.083,48
	0,00	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	160.184,08	206.519,85
	0,00	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	160.184,08	206.519,85
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	160.184,08	206.519,85
	0,00	0,00			
Total das Variações Ativas :	R\$52.833.951,22	R\$59.445.541,85	Total das Variações Passivas :	R\$40.437.897,52	R\$31.986.110,23
Déficit do Exercício			RESULTADO PATRIMONIAL		
			Superávit do Exercício	R\$12.396.053,70	R\$27.459.431,62
Total	R\$52.833.951,22	R\$59.445.541,85	Total	R\$52.833.951,22	R\$59.445.541,85

Notas Explicativas

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da autarquia. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Não há hodiernamente no CFO nenhum contingenciamento de recursos.

Contexto operacional:

Nota Nº 01

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia formam em seu conjunto uma autarquia, criados pela Lei 4.324 de 14 de abril de 1964 e posteriormente regulamentados pelo Decreto 68.704 de 03 de junho de 1971. O CFO é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e com seu domicílio em Brasília no Distrito Federal.

A sua principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de atos normativos, julga processos éticos e centraliza as informações sobre cursos de especialização reconhecidos, bem como sobre números de profissionais e entidades inscritos em todo o território nacional, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliares de Saúde Bucal, Técnico de Saúde Bucal, Técnico em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Entidades Prestadoras de Serviços Odontológicos, Laboratórios de Próteses Dentárias e Empresas que Comercializam ou Industrializam Produtos Odontológicos, estas últimas, até a data de 19/12/2018, pois foi suprimida por conta da Resolução CFO 194/2018.

Principais diretrizes contábeis:

Nota Nº 02

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2020, foram elaboradas em conformidade com as disposições contidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do STN (Secretaria do Tesouro Nacional), que foi resultante do Decreto 6976 de 07 de outubro de 2009 e parte da Lei 4320 de 17 de março de 1964, e, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A estrutura, grau de liquidez, nomenclatura etc, foram elaboradas de acordo com a Resolução do Manual da STN – PCASP. Quanto à responsabilidade e a função desempenhadas pelo Contador, foi com base na análise dos documentos suportes, no tratamento e classificação das informações contábeis e não contábeis geradas e apresentadas pela administração do CFO que originam-se das receitas realizadas e das despesas autorizadas pelo Gestor, bem como dos fatos patrimoniais provenientes destas, e alocação no plano de contas padrão efetuando, por via de consequência, a prestação de contas, que ora é apresentada e submetida à apreciação dos órgãos internos e externos e da sociedade em geral.

Notas Explicativas

Ativo Circulante (financeiro):

Nota Nº 03

Caixa e equivalente de caixa.

Incluem contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e está demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas e representam em 31/12/2020 o montante de R\$ 101.654.823,51 (cento e um milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos). Destes, em seu maior vulto, está aplicado em um fundo de investimento no Banco do Brasil, BB CP Administrativo

Diferenciado, exclusivo para Conselhos, no valor de R\$ 95.804.797,15 (noventa e cinco milhões, oitocentos e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e quinze centavos), depois desta, vem um investimento na Caixa Econômica Federal, FI Mega Referenciado DI, no valor de R\$ 5.816.477,75 (cinco milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Nota Nº 04

Demais créditos e valores a curto prazo.

Consta um débito da Sociedade Incorporadora Sorrento Ltda de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), relativo à cobrança já notificada a empresa, conforme teor do processo CFO 38335/2016 referente ao saldo de pagamento a maior na aquisição do edifício sede do CFO no Distrito Federal.

Os valores apresentados a seguir representam empréstimos concedidos a Conselhos Regionais, sendo: R\$100.000,00 (cem mil reais) ao CRO de Alagoas, conforme demonstrado no processo CFO SEF 411/2010 e R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) ao CRO da Paraíba, conforme demonstra o processo CFO SEF 282/2016. Há também, na conta 1.1.3.3.3.08 o saldo de R\$350.068,57 (trezentos e cinquenta mil, sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), referentes aos depósitos judiciais consignados ao INSS, conforme consta do processo judicial nº 00327875920134025101 em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro, relativamente a consignação de pagamentos de incidência indevida de contribuição previdenciária do INSS sobre verbas indenizatórias da folha de pagamentos de vencimentos. Na conta 1.1.3.3.3.11 constam depósitos recursais no valor de R\$55.309,81, relativamente aos processos 0100395-63.2016.5.01.0041, 0011175-17.2013.5.01.0055, 0000981.28.2010.5.01.0001. Na conta 1.1.3.3.3.13, consta o depósito judicial ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, consoante ao processo nº 5001158-38.2019.4.04.7001.

Notas Explicativas

Nota Nº 05

Empréstimos Concedidos de Curto Prazo

O saldo de R\$757.057,82 (setecentos e cinquenta e sete mil, cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos), referem-se aos empréstimos concedidos por meio do Programa de Apoio Institucional na modalidade de Empréstimo – PAI-E. Referidos saldo é o produto da previsão de recebimentos dos empréstimos concedidos para o ano vindouro.

Nota Nº 06

Estoques.

O Almojarifado está demonstrado ao custo médio ponderado e corresponde a contabilização de itens de materiais de consumo, bem como as carteiras de identidade profissional que se encontram em nosso estoque, que em 31/12/2020 representavam R\$650.529,25 (seiscentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).

Nota Nº 07

Despesas pagas antecipadamente

Consta o valor de R\$ 729.202,00 (setecentos e vinte e nove mil, duzentos e dois reais), referente às despesas com as tarifas de cobrança dos Conselhos de Odontologia, relativo ao exercício de 2021, que foram debitadas no exercício de 2020, escrituradas em conta específica de adiantamento do ativo circulante e que terão suas variações patrimoniais diminutivas realizadas no exercício de

2021 com suas respectivas contrapartidas no passivo circulante, bem como a execução orçamentária, em atendimento ao princípio da competência.

Ativo não circulante:

Nota Nº 08

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção. Além disso, necessita-se pontuar que, com objetivo de atualizar os valores registrados no ativo imobilizado e para fazer uma gestão eficiente dos itens registrados no patrimônio da autarquia, foi aberto o pregão eletrônico nº 13/2019, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de inventário patrimonial para serem realizados nos bens móveis. Os serviços de avaliação patrimonial dos bens móveis estão em fase final de conclusão e o CFO terá seus bens móveis atualizados no exercício de 2021.

No mesmo sentido, consta a abertura do processo CFO nº 44241/2018, que trata da contratação de empresa especializada na prestação de serviço de avaliação de bens imóveis da autarquia. Além disso, essa posição foi sinalizada nos exercícios anteriores, conforme protocolos internos 184 de 06 de janeiro/2017, 35027 de 31 de outubro/2017, 36291 de 13 de novembro/2017 e 31619 de 06 de dezembro de 2018, este último no findar exercício com o objetivo de buscar solução externa no mercado.

Os valores representativos de bens móveis e imóveis, ao fim do exercício foram de R\$ 3.429.893,89 (três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos) e R\$24.145.958,71 (vinte e quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos), respectivamente.

Notas Explicativas

Passivo Circulante (financeiro):

Nota Nº 09

Consignações.

Estão evidenciadas as provisões trabalhistas consignadas no decorrer do exercício em tela, sendo o saldo de R\$133.711,61 (cento e trinta e três mil, setecentos e onze reais e sessenta e um centavos) referentes ao INSS, ao IRRF e a empréstimos consignados contraídos por funcionários junto à rede bancária relativos ao mês de dezembro de 2020.

Nota Nº 10

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Fornecedores diversos

Consta o valor de R\$ 1.070.440,68 (um milhão e setenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), que são referentes às apropriações realizadas no curto prazo durante o exercício de 2020 e que são baixadas em contra partidas com as contas do grupo bancos contas movimentos, em função do prazo de vencimento.

Patrimônio líquido:

Nota Nº 11

O patrimônio líquido é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados

anualmente e, é composto atualmente pelas contas Patrimônio Social e Resultados Acumulados. Até 31/12/2011, o saldo era composto pela conta denominada Ativo Real Líquido. Com as alterações nas normas contábeis já descritas anteriormente, o saldo resultante da conta Ativo Real Líquido, passou em 02/01/2012 a ingressar na conta Patrimônio Social, ao valor de R\$19.047.799,57 (dezenove milhões, quarenta e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).

No tocante a conta de Resultados Acumulados encerrado em 31/12/2020, o saldo foi de R\$ 112.248.231,03 (cento e doze milhões, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e três centavos).

Quanto ao superávit apurado em 31/12/2020, o resultado foi R\$ 12.396.053,70 (doze milhões, trezentos e noventa e seis mil, cinquenta e três reais e setenta centavos). Com esse resultado, o Patrimônio Líquido do CFO foi elevado a R\$ 131.296.030,60 (cento e trinta e um milhões, duzentos e noventa e seis mil, trinta e um reais e sessenta centavos), apurado no encerramento do exercício financeiro de 2020.

Notas Explicativas

Nota Nº 12

Variações Patrimoniais.

A escrituração das receitas e das despesas foi realizada pelo regime misto, sendo a receita pelo regime de caixa e a despesa pelo regime de competência. Assim, encerrou-se o exercício de 2020 com uma variação aumentativa de R\$ 52.833.951,52 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos), e as variações diminutivas totalizaram R\$ 40.437.897,52 (quarenta milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Com isso, a entidade obteve no período apurado, um superávit patrimonial de R\$ 12.396.053,70 (doze milhões, trezentos e noventa e seis mil, cinquenta e três reais e setenta centavos).

Por outro lado, tendo em vista as dificuldades apresentadas durante o ano de 2020, foi apurado um déficit orçamentário de R\$ 3.430.431,88 (três milhões, quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos).

Juliano do Vale - Presidente
CPF 451.715.301-06

Luiz Evaristo Ricci Volpato
Tesoureiro - CPF - 689.096.401-20

Rodrigo Leandro Teixeira
Contador – CRC/DF 027335-O



CFO



O CFO tem sede no Distrito Federal e possui representação em todas as unidades da Federação. Independentemente do assunto, entendimentos podem ser mantidos diretamente com qualquer unidade regional do órgão. O endereço completo e os telefones da Sede e dos Conselhos Regionais de Odontologia estão no site.

ONDE ENCONTRAR O CFO

INTERNET

www.cfo.org.br

ENDEREÇO

Lote 2, Quadra CA-07 Centro de Atividades do Setor de Habitações Individuais
Norte Lago Norte, Brasília - DF, Cep: 71.503-507
Horário de atendimento: De segunda a sexta, das 08:00 as 17:00 horas

